

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ESCOLA**  
**QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO DO**  
**CURIAÚ/AP**

**ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ESCOLA QUILOMBOLA  
ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO DO CURIAÚ/AP**

**ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE**

*Sob orientação da professora*

**Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no curso de pós-graduação em Educação Agrícola, área de concentração em em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Setembro de 2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B869e BRONZE, ADRIELMA NUNES FERREIRA , 1984-  
EDUCAÇÃO DO CAMPO, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ESCOLA QUILOMBOLA  
ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO DO CURIAÚ/AP / ADRIELMA NUNES  
FERREIRA BRONZE. - Seropédica, 2022.  
63 f.: il.

Orientadora: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação  
Agrícola, 2022.

1. Desenvolvimento Local . 2. Educação Quilombola.  
3. Projeto Pedagógico.. I. Benevenuto, Monica  
Aparecida Del Rio , 1964-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
Graduação em Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 06/09/2022

---

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, Profa. Dra. UFRRJ

---

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Profa. Dra. UFRRJ

---

Patrick de Castro Cantuária, Dr. IEPA

---

Mabia Nunes Toscano, Dra. IFAP

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por me permitir a realização desse sonho, há muito tempo traçado;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA/UFRRJ, pela oportunidade de realização de trabalhos em minha área de pesquisa;

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, por seus ensinamentos, apoio científico e incentivo ao meu crescimento profissional durante a realização deste trabalho, bem como apoio emocional. Você é, sem dúvida, um grande exemplo profissional para mim;

A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio do Curiaú /AP pelo acolhimento e oportunidade de realizar a pesquisa;

Ao Instituto Federal do Amapá pela sensibilização e liberação para realização desta capacitação;

Aos alunos do PPGEA/D.S 2019.2 pela parceria ao longo das aulas e nos momentos da Pandemia Covid - 19, pelo incentivo e carinho;

Ao meu pai Agostinho de Melo e minhas irmãs Arielma e Ariely (*in memoriam*), que sempre me incentivaram e me ajudaram nos meus momentos mais difíceis;

Ao meu esposo Thiago Bronze, pelo amor, parceria e paciência;

Aos meus filhos Antonella e Gustavo por serem motivos de constantes alegrias na minha jornada.

## RESUMO

BRONZE, A.N.F. **Educação Do Campo, Empreendedorismo Social E Desenvolvimento Local: O Caso da Escola Estadual Quilombola José Bonifácio do Curiaú/AP.** 2022. 63f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2022.

Esta pesquisa foi realizada na Escola Estadual Quilombola José Bonifácio, localizada na Cidade de Macapá, Quilombo do Curiaú, juntamente com gestores e professores da escola. Utilizou-se uma abordagem qualitativa e recorreu-se ao estudo de caso como tipo de pesquisa. Buscou-se identificar, entre as ações dessa escola do campo, aquelas que dialoguem com o Empreendedorismo Social, analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local. Os resultados revelaram que, os projetos implementados pela escola, contribuem para o fortalecimento da comunidade do Curiaú, através do desenvolvimento do capital humano e social. A escola reconhece a importância de promover iniciativas que agreguem valor social e gerem impacto na melhoria de vida das pessoas, contribuindo para um desenvolvimento local sustentável, auxiliando a comunidade Quilombola a manter suas tradições culturais de origem africana, desempenhando atividades de ensino e extensão, bem como promovendo a continuidade dos costumes e conhecimentos quilombolas.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Local; Educação Quilombola; Projeto Pedagógico.

## ABSTRACT

**Rural Education, Social Entrepreneurship and Local Development: The Case of José Bonifácio Quilombola State School of Curiaú/AP.** 2022. 63p. Dissertation (Master's Course in Rural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2022.

This research was carried out at José Bonifácio Quilombola State School, located in the city of Macapá in the “Quilombo” of Curiaú, along with managers and teachers of this school. A qualitative approach was used and a study case was chosen as the type of research. The intention was to identify, among the actions of this rural school, the ones which are engaged with the Social Entrepreneurship, analyzing its contribution for the enhancement of the local development. The results revealed that, the projects implemented by this school, contribute for the strengthening of the Community of Curiaú, through the development of the human and social capital. The school recognizes the importance of promoting initiatives which add social value and generate impact on the improvement of people's lives, contributing for a local sustainable development, helping the “Quilombola” Community to maintain its cultural traditions of African origin, developing teaching and extension activities, as well as promoting the continuity of the customs and “quilombola” knowledge.

**Keywords:** Local Development; Quilombola Education; Pedagogical Project.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Escola Quilombola Estadual José Bonifácio .....	8
<b>Figura 2</b> - Refeitório da escola e cozinha .....	9
<b>Figura 3</b> - Sala de aula e biblioteca. ....	9
<b>Figura 4</b> - Localização da Comunidade Quilombola do Curiaú.....	22
<b>Figura 5</b> - Evento de Lançamento do livro Não Sou Eu, São vocês. ....	36
<b>Figura 6</b> - Lançamento do livro Não Sou Eu, São vocês.....	37
<b>Figura 7</b> - O livro infantil da Esmeraldina dos Santos .....	46
<b>Figura 8</b> - Alguns livros da biblioteca da Escola José Bonifácio .....	46
<b>Figura 9</b> - Horta da escola José Bonifácio do Curiaú.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Gênero dos entrevistados .....	15
<b>Gráfico 2</b> - Cor ou raça dos entrevistados .....	15
<b>Gráfico 3</b> - Formação acadêmica dos entrevistados .....	16
<b>Gráfico 4</b> – Bairro dos entrevistados .....	16
<b>Gráfico 5</b> - Benefícios dos projetos para a comunidade.....	39
<b>Gráfico 6</b> - Contribuições dos projetos para o Desenvolvimento Local.....	42
<b>Gráfico 7</b> - Melhorias da qualidade de vida dos moradores da comunidade.....	44
<b>Gráfico 8</b> - Ações que envolvem ou dialogam com o empreendedorismo social .....	45

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Síntese dos documentos analisados. ....	5
<b>Quadro 2-</b> Tipos de modalidade de ensino.....	10
<b>Quadro 3 –</b> Diferenças entre empreendedorismo privado e social.....	33
<b>Quadro 4 -</b> Projetos desenvolvidos pela Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	41
<b>Quadro 5-</b> Projetos de Integração Escola e Comunidade.....	41

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Recursos Humanos da escola .....	10
<b>Tabela 2</b> - Comunidades Quilombolas no Amapá Certificadas pela Fundação Cultural Palmares (até outubro de 2013).....	21
<b>Tabela 3</b> - Remédios caseiros produzidos e utilizados pelos moradores do Quilombo do Curiaú .....	39

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APA - Área de Proteção Ambiental

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação Quilombolas

CEE – Conselho Estadual de Educação

COVID-19 - Coronavírus

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1      CAPÍTULO I   O PERCURSO DA PESQUISA E O CONTEXTO DA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO DO CURIAÚ - AMAPÁ.....</b>	<b>4</b>
1.1      Percurso Metodológico da Pesquisa .....	4
1.2      Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	4
1.3      Pesquisa de Campo- Procedimentos e Instrumentos de Pesquisa .....	6
1.4      Contexto Histórico, Estrutura Física e Organização da Escola.....	7
1.5      O Perfil dos Gestores e Professores da Escola .....	9
1.6      Perfil dos Entrevistados .....	14
<b>2      CAPÍTULO II   QUILOMBOS RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO.....</b>	<b>18</b>
2.1      Quilombos e Educação Escolar Quilombola .....	18
2.2      Comunidades Quilombolas no Amapá.....	19
2.3      Comunidade Quilombola do Curiaú.....	22
2.4      Educação Escolar Quilombola no Contexto da Educação do Campo: A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio do Curiaú-Ap.....	24
<b>3      CAPÍTULO III   EMPREENDEDORISMO SOCIAL E AS AÇÕES NA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO .....</b>	<b>29</b>
3.1      Empreendedorismo Social e seus impactos na sociedade .....	29
3.2      Desenvolvimento Local .....	31
3.3      Ações e Projetos desenvolvidos na Escola.....	33
3.3.1      Projetos Interdisciplinares .....	37
3.3.2      Projetos e seus benefícios para a Comunidade Quilombola do Curiaú.....	38
3.3.3      Projetos e o Desenvolvimento Local .....	42
3.3.3.1      Projetos e Qualidade de Vida .....	43
3.3.3.2      Empreendedorismo Social .....	44
<b>4      CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>5      REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>6      APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>
<b>Apêndice A – Questionário Gestores Escolares e Professores .....</b>	<b>55</b>
<b>Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>57</b>
<b>7      ANEXOS .....</b>	<b>58</b>
<b>Anexo A –Termo de Anuência para realização da Pesquisa.....</b>	<b>59</b>
<b>Anexo B – Parecer favorável do Comitê de Ética.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Identificar entre as ações da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio do Curiaú aquelas que dialoguem com o Empreendedorismo Social analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local é o objetivo macro dessa dissertação.

A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio do Curiaú vem, como qualquer outra instituição, se modificando junto à comunidade quilombola do Curiaú. Ao longo dos tempos, desde sua criação e reconhecimento como escola quilombola, até os dias atuais, vem sendo um importante instrumento de transformação a partir de iniciativas que agreguem valor social como desenvolvimento de ações capazes de gerar impacto na vida das pessoas.

O Empreendedorismo Social – ES é um campo do desenvolvimento social que atua na construção de negócios que reúnem prioritariamente melhorias na sociedade e, embora haja rentabilidade, o modelo não tem o lucro como objetivo principal, além disso, o ES está ligado ao desenvolvimento de projetos que visam conseguir o interesse geral das populações, o chamado bem comum, ou dar solução às carências sociais não satisfeitas.

Pode-se dizer que o empreendedorismo social consiste numa visão de cidadania e da necessidade de propor soluções, na criação de produtos, serviços e inovações que beneficiam a sociedade em diversas áreas como educação, meio ambiente, segurança e saúde.

As ações de empreendedorismo social vêm crescendo no Brasil, seguindo a tendência global de instituições mais conscientes e responsáveis. Já o empreendedorismo capital é como um fenômeno individual, ligado a criação de empresas, que busca a transformação de ideias em oportunidades através do envolvimento de pessoas e processos, visando o lucro.

O empreendedor social é motivado por ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante dos problemas sociais existentes no mundo, buscando soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais.

É impossível falar de empreendedorismo social sem falar de desenvolvimento local. O desenvolvimento está relacionado ao crescimento e transformação de pessoas, coletivo ou de um determinado local ou comunidade que se encontra em condição desfavorável.

A falta do desenvolvimento local pode ser um grande problema normalmente visto por pessoas que vivem ou até mesmo por pessoas de fora, e a partir dessa identificação do problema surge a necessidade da implantação do empreendedorismo social em busca de soluções que contribuam para a promoção do desenvolvimento local.

A educação é também uma das vias para o desenvolvimento local. Em se tratando da população do campo, a educação do campo tem se feito presente como a educação formal compreendida como fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos, inferindo na realidade dos sujeitos que o integram.

A educação do campo surge a partir da preocupação dos sujeitos e dos movimentos sociais em promover processos educacionais para a consolidação dos valores, princípios e dos modos de ser e viver daqueles que integram o campo, incorporando os espaços da floresta, da pecuária, dos ribeirinhos, das minas, agricultura e extrativismo, possibilitando a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Quando se pensa em educação do campo é inevitável não pensar em lutas sociais, trabalhadores como protagonistas e sujeitos das ações pedagógicas, procurando valorizar as situações e experiências cotidianas das comunidades e de seus familiares, incentivando a elaboração de propostas sociais concretas voltadas para a valorização da cultura e o desenvolvimento social.

No estado do Amapá, a educação do campo se faz presente na Escola Quilombola Estadual José Bonifácio do Curiaú, que mesmo com proximidade da área urbana de Macapá, está classificada como escola do campo. Atende estudantes de comunidades ribeirinhas e rurais o que requer um olhar diferenciado para as peculiaridades socioeconômicas desses estudantes, obedecendo assim a LDB 9.394/96 estabelece as diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

A escola visa manter a essência de alguns pontos que merecem um olhar especial, sobretudo por estar situada no Quilombo do Curiaú, que é uma comunidade histórica formada por descendentes africanos que vieram para o Amapá no período de transição de século (XVIII-XIX) durante a construção da Fortaleza de São José de Macapá.

Destarte que o empreendedorismo social busca promover a qualidade de vida das pessoas envolvidas, através da resolução de algum problema social ou local existente, visando ao desenvolvimento social, econômico e local, a presente pesquisa articula Educação do Campo, Empreendedorismo Social e Desenvolvimento local.

Diante dessas possibilidades de conectar o empreendedorismo à educação, por meio do desenvolvimento de atitudes, o empreendedorismo social reforça ainda, a oportunidade de ampliar a conexão entre a escola e a comunidade, enquanto promove habilidades como o altruísmo, empatia e a capacidade de resolução de problemas.

O interesse pela realização desta pesquisa está intrinsecamente relacionado ao meu desenvolvimento profissional como professora do Instituto Federal do Amapá -IFAP, atuando nas disciplinas de Gestão e Empreendedorismo, nos cursos superiores e técnicos de nível médio, com objetivo de formar esses estudantes para o mundo do trabalho, na construção de projetos de negócios cujo maior impacto são melhorias na sociedade, de acordo com os arranjos produtivos locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e local.

Ao trabalhar com o tema empreendedorismo, busco junto aos estudantes desenvolver iniciativas que agreguem valor social como desenvolvimento de ações capazes de gerar impacto na vida das pessoas e a capacidade de se adaptar a situações novas e a possibilidade de promover transformações, as quais, necessariamente, não precisam estar voltadas à abertura de novos negócios.

A partir do ensino de empreendedorismo social, pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos, as quais geram uma transformação social, percebi um grande interesse por esses estudantes na construção de projetos e ações para soluções de problemas sociais existentes dentro das comunidades próximas do IFAP.

Com esta prática comecei a me questionar se o empreendedorismo social, que permite a transformação dentro das comunidades e o desenvolvimento local, também não seria um instrumento de transformação das comunidades das escolas do campo a partir de iniciativas de projetos e ações de empreendedorismo social.

Como professora de empreendedorismo, acredito que o estímulo de novas ideias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento, na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade, é capaz de fazer com que a comunidade desenvolva o espírito social e colaborativo e compreenda a relevância do empreendedorismo social como um processo de transformação social e local.

Através desse estudo surge a possibilidade de uma abordagem ampliada do tema do empreendedorismo social que perpassa a perspectiva empresarial capitalista direcionando a visão para o compromisso social e desenvolvimento das comunidades. Isto significa um ganho pedagógico que contribuirá positivamente com minha atuação como docente e a dos estudantes.

Como fundamento e problematização, o estudo tem como eixo motivador as seguintes questões: A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio do Curiaú possui projetos ou ações

de ordem acadêmica ou extensionista que contribuem para o Empreendedorismo Social e o desenvolvimento local das comunidades Quilombolas e demais comunidades do seu entorno? Como essa escola concebe o empreendedorismo social? De que forma a escola se organiza para promover as ações de empreendedorismo social? Quais os impactos das ações promovidas pela escola nas comunidades Quilombolas e demais comunidades do seu entorno?

A justificativa para este estudo se fundamenta na ideia de que o empreendedorismo social está pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos, as quais geram uma transformação social.

Nesta perspectiva, destaca-se o empreendedorismo social como uma ferramenta importante a ser disseminada entre as escolas do campo que tem como princípio a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade e movimentos sociais ligados ao campo.

Desse modo, quando se fala de empreendedorismo social, se busca um novo paradigma. finalidade não é mais o negócio e sim o social, que tem na sociedade seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo, associações estratégicas e setor privado.

A relação do empreendedorismo social como uma proposta de criação de ideias para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação pode gerar um grande impacto nas transformações das comunidades, gerando o desenvolvimento local.

A perspectiva empreendedora pode se articular com as práticas pedagógicas, através da relação do empreendedorismo social com a escola do campo. Estes podem ser o elo entre o empreendedorismo social e o fomento para o desenvolvimento local.

Diante deste cenário, este estudo teve como objetivo geral: Identificar entre as ações da Escola José Bonifácio do Quilombo do Curiaú aquelas que dialoguem com o Empreendedorismo Social analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local.

Os objetivos específicos trataram de: 1) Traçar o perfil sociodemográfico dos gestores da escola; 2) Conhecer os projetos desenvolvidos pela escola, verificando como se organiza e implementa ações e os sentidos dados acerca das práticas de Empreendedorismo social e desenvolvimento local e 3) Avaliar os impactos das ações implementadas pela escola sobre o empreendedorismo social e desenvolvimento local.

A presente pesquisa caminha na direção de uma concepção de escola que reconhece a importância de promover iniciativas que agreguem valor social como desenvolvimento de ações capazes de gerar impacto na vida das pessoas. Possibilitando um diálogo com os principais atores envolvidos: escola e comunidade.

Assim sendo, estruturamos este trabalho em três capítulos, consolidando uma interação entre eles, a fim de compor, nas considerações finais, uma sistematização das ideias discutidas ao longo desta dissertação.

No primeiro capítulo apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, o contexto histórico, estrutura física e organização da escola, o perfil dos gestores e professores da escola e o perfil dos entrevistados.

Já no segundo capítulo abordamos sobre os Quilombos e educação escolar quilombola, as comunidades quilombola no Amapá, bem como a comunidade quilombola do curiaú e a educação escolar quilombola no contexto da educação do campo.

E no último capítulo apresentamos o empreendedorismo social e seus impactos na sociedade aliado ao desenvolvimento local e as principais ações e projetos desenvolvidos na escola e seus benefícios para a comunidade quilombola do curiaú.

# 1 CAPÍTULO I

## O PERCURSO DA PESQUISA E O CONTEXTO DA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO DO CURIAÚ - AMAPÁ

### 1.1 Percurso Metodológico da Pesquisa

Para alcançar os objetivos apresentados, o modelo da pesquisa que norteou o estudo foi o qualitativo. A metodologia qualitativa segundo Chizzotti (1991, p. 79): “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

A pesquisa qualitativa está voltada para os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, pautando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Minayo (2001) declara que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Assim, entende-se que a referida abordagem foi adequada para o estudo do objeto aqui investigado.

### 1.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental

Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

O primeiro capítulo, essencialmente descritivo, baseou-se, prioritariamente, em pesquisa documental (PPP da escola) que apresentou a localização e contexto histórico de criação, estrutura física e organizacional da escola José Bonifácio do Curiaú. Neste capítulo também foi apresentado o perfil do entrevistado da pesquisa com base nos dados extraídos do questionário aplicados aos 16 participantes da pesquisa.

Com intuito de buscar pesquisas que dialogassem com o objeto de estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico junto ao banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em sites de pesquisas de artigos científicos e um mapeamento dos projetos e ações desenvolvidos pela escola, a fim de fundamentar melhor o trabalho.

A pesquisa bibliográfica teve como base as obras de autores que discutem sobre a educação quilombola, educação do campo, empreendedorismo social, desenvolvimento local e os projetos desenvolvidos pela escola. Para a realização da pesquisa bibliográfica, nos alicerça em alguns autores, como Dolabella, Melo Neto, Froes, Moura, Barquero, Gomes e outros.

O segundo capítulo fora apresentados conceitos de quilombo e as comunidades quilombolas. Na sequência o terceiro capítulo fora apresentados os conceitos de empreendedorismo social, desenvolvimento local e seus impactos, e os dados da entrevista sobre projetos e empreendedorismo.

A pesquisa documental se caracteriza pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45). Considerando que o autor afirma, para análise dos projetos e ações desenvolvidas pela escola, foram consultados o Projeto Político

Pedagógico da escola, portarias normativas, resoluções e o livro intitulado: NÃO SOU EU, SÃO VOCÊS que teve seu lançamento em dezembro de 2021.

De acordo com Michel (2009), coletar dados é observar a vida real e os procedimentos “são instrumentos que serão utilizados para o levantamento de dados e informações que serão essenciais para a fidelidade, qualidade e completude do trabalho”. A coleta de dados é o ato de pesquisar, anexar documentos e provas, buscar informações sobre um determinado tema ou conjunto de temas de forma a facilitar uma posterior análise. Sendo constatado por Gil (1995, p. 158), que afirma que as fontes escritas, na maioria das vezes, são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos.

No que tange sobre a pesquisa bibliográfica e documental (Quadro 1), os documentos analisados foram:

**Quadro 1-** Síntese dos documentos analisados

<p style="text-align: center;"><b>ESCOLA QUILOMBOLA</b></p>	<p><b>DECRETO Nº 0197-GAB DE 23 DE JANEIRO DE 2001.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação: A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio fica localizada a 10 Km da Cidade de Macapá, na Rua Santo Antônio no 219, Quilombo do Curiaú, Município de Macapá.</li> </ul> <p><b>DECRETO Nº 3652/2019</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atua com a Educação Básica no nível de Ensino Fundamental I e II, pela Resolução no 050/2020-CEE/AP.</li> </ul> <p><b>DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade.</li> </ul> <p><b>RESOLUÇÃO NO 08 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.</li> </ul> <p><b>RESOLUÇÃO NO025/16 – CEE/AP</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político pedagógicas pelos seguintes princípios.</li> </ul> <p><b>RESOLUÇÃO NO025/16 – CEE/AP</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político pedagógicas pelos seguintes princípios.</li> </ul> <p><b>LEI Nº 10.639/03.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Plano Nacional para Estudo das Relações Etnicorraciais visam à formação dos sujeitos no ambiente escolar, buscando trabalhar a questão da diversidade e do multiculturalismo.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>LEGISLAÇÃO QUILOMBOLA</b></p>	<p><b>RESOLUÇÃO Nº 08/2012.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Portanto, trata-se de uma política pública em construção, de uma política pública cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes no currículo escolar.</li> </ul> <p><b>PARECER CNE/CP NO 03/2004</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Todo sistema de ensino precisará providenciar “Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros</li> </ul>

	<p>urbanos e rurais”.</p> <p><b>LEI Nº 10.639/03</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Nacional para Estudo das Relações Etnicorraciais visam à formação dos sujeitos no ambiente escolar, buscando trabalhar a questão da diversidade e do multiculturalismo.</li> </ul>
<b>LEGISLAÇÃO AMBIENTAL</b>	<p><b>DECRETO NO 4.887 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2.003.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.</li> </ul> <p><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA</b></p> <p><b>INCRA Nº 57 DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.</li> </ul> <p><b>LEI NO 9.795/1999</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determina a inclusão da Educação Ambiental na Educação Nacional.</li> </ul>
<b>LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO</b>	<p><b>LEI Nº 11.769/08</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Define o Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Câmara de Educação Básica (CEB), começou, em 2011, o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.</li> </ul> <p><b>RESOLUÇÃO NO 08 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Lei nº 9.394/96.</li> <li>LDBEN - eixo norteador a elaboração do projeto Político Pedagógico da Escola que incorpora esta modalidade em articulação com a família e a comunidade.</li> </ul> <p><b>LEI NO 9.795/1999</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação, Ambiental (PNEA), determina a inclusão da Educação Ambiental na Educação Nacional.</li> </ul> <p><b>LEI Nº 1907/2015</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação assegura em suas metas e estratégias.</li> </ul>

### 1.3 Pesquisa de Campo- Procedimentos e Instrumentos de Pesquisa

Para a realização da pesquisa de estudo de caso foi necessária uma coleta sistemática das informações. A metodologia utilizada na coleta se constituiu em: A) Aplicação de questionário semiestruturado aos profissionais da escola que tiveram experiências práticas com projetos ou ações correlacionados com o empreendedorismo social (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Para este trabalho foram convidados a colaborarem com a pesquisa cujo aceite foi registrado com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-

TCLE (Anexo A). Da mesma forma, a Escola concedeu o Termo de Anuência para a realização da pesquisa neste estabelecimento de ensino (Anexo B).

A etapa de aplicação dos questionários foi realizada com 16 participantes, professores e gestores da escola que foram convidados a responderem de forma voluntária questionário contendo 12 perguntas. Os questionários foram aplicados no dia 15 de julho de 2022 (Apêndice A).

Destarte, que em virtude da pandemia do Coronavírus – COVID19 e a facilidade para coletar e organizar informações gratuitamente, o questionário seria aplicado aos participantes via [Formulários *Google*]. Com o retorno das aulas presenciais ocorrido em 14/03/2022, o questionário foi aplicado presencialmente aos participantes.

Quanto ao critério de escolha dos participantes optou-se por amostragem aleatória. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Foram entrevistados 16 profissionais da escola, sendo 04 gestores e 12 professores que tiveram experiências práticas com projetos ou ações correlacionadas com o empreendedorismo social.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa teve enfoque em aspectos qualitativos, pois considera os dados mutuamente complementares, favorecendo uma interpretação mais completa e abrangente do fenômeno investigado (SANTOS et al., 2017).

#### **1.4 Contexto Histórico, Estrutura Física e Organização da Escola**

A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio fica localizada a 10 Km da Cidade de Macapá, na Rua Santo Antônio nº 219, Quilombo do Curiaú, Município de Macapá. Foi Criada através do decreto nº 0197-GAB de 23 de janeiro de 2001, foi reconhecida como escola quilombola através do decreto nº 3652/2019 e atua com a Educação Básica no nível de Ensino Fundamental I e II, pela Resolução nº 050/2020-CEE/AP.

É oportuno dizer que a Escola Quilombola José Bonifácio - tem sido um agente provocador de mudanças no ambiente escolar e na comunidade. Assim sendo, a pesquisa vem identificar entre as ações aquelas que dialoguem com o empreendedorismo social analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local, promovendo mudanças de forma significativa para os sujeitos envolvidos nesse processo.

A escola é mantida pelo Governo do Estado do Amapá (Figura 1) e administrada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED-AP) e todo o trabalho da escola se direciona pelo planejamento do Projeto Político Pedagógico. (PPP,2022).



**Figura 1** - Escola Quilombola Estadual José Bonifácio

Fonte: Dados da pesquisa -2022.

A estrutura física encontra-se visivelmente precária por existir a muitos anos e não ter passado por uma reforma de qualidade que viesse a melhorar as condições da escola. Diante disso, a escola precisa de reforma nas instalações elétricas, pois não suportam os equipamentos como centrais de ar e computadores do ambiente escolar.

As informações extraídas do PPP da escola indicam que, quanto às condições de trabalho, a escola disponibiliza alguns recursos para auxiliar o ensino e aprendizado do aluno tais como: LIED, Sala de leitura, Biblioteca, Quadra poliesportivo, Sala de recursos multifuncionais.

As salas de aulas, possuem ventiladores, apenas algumas salas são climatizadas tais como: Direção, LIED, Sala de Recursos Multifuncionais, Sala de Leitura, Secretaria Escolar, Biblioteca, 01 sala de aula e Coordenação Pedagógica. A unidade é composta, em suas dependências:

- ✓ 01 sala de diretoria;
- ✓ 07 salas de aulas;
- ✓ Secretaria escolar;
- ✓ Coordenação pedagógica;
- ✓ Biblioteca (Figura 3);
- ✓ Laboratório de informática;
- ✓ Sala de professores;
- ✓ Sala de leitura;
- ✓ Sala do AEE (que funciona no espaço do MAIS EDUCAÇÃO);
- ✓ Sala de aula cedida para educação infantil da Prefeitura
- ✓ 07 depósitos
- ✓ Quadra Poliesportiva;
- ✓ Refeitório (Figura 2);
- ✓ Cozinha;
- ✓ 03 sanitários para os funcionários;
- ✓ 02 sanitários para os alunos.



**Figura 2** - Refeitório da escola e cozinha  
 Fonte: Dados da pesquisa -2022.



**Figura 3** - Sala de aula e biblioteca.  
 Fonte: Dados da pesquisa -2022.

Para a realização das atividades e projetos pedagógicos, a escola possui alguns equipamentos descritos abaixo:

- ✓ 08 computadores;
- ✓ 20 notebooks;
- ✓ 02 impressoras;
- ✓ 01 projetor multimídia;
- ✓ 01 caixa amplificadora;
- ✓ 4.601 de livros didáticos, incluindo os paradidáticos, coleções e manuscritos;
- ✓ 157 Etnicorraciais;
- ✓ 484 Revistas, jornais, mapas e atlas;
- ✓ 50 jogos educativos.

### 1.5 O Perfil dos Gestores e Professores da Escola

A escola é composta por uma equipe de 50 funcionários que dentro das suas funções contribuem para a qualidade do ensino.

Quanto à formação dos docentes, 37 possuem graduação nas suas respectivas áreas e estão em formação continuada. Já a equipe administrativa, 05 possuem graduação, 02 ensino médio e 06 ensino fundamental incompleto.

Em face ao exposto, a escola oportuniza aos docentes a participação em cursos de formação com objetivo de enriquecer o currículo profissional do corpo docente.

**Tabela 1 - Recursos Humanos da escola**

Segmentos e funções	Quantidade
Direção	01
Secretaria Escolar	01
Coordenação Pedagógica	04
Professores	24
Merendeira	03
Auxiliar biblioteca	03
Servente	04
Auxiliar de disciplina	01
Auxiliar de LIED	02
Professor Sala de Leitura	02
Cuidadora	01
Professor AEE	04
Total	50

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2022)

A escola atua com a Educação Básica no nível de ensino de Ensino Fundamental I e II no segmento de 9 (nove) anos e está em processo de extinção do segmento de 8 (oito) anos, sendo que no período da manhã turmas do 5º ano, com alunos de faixa etária de 6 a 11 anos e no período da tarde turmas do 9º ano, com alunos entre 12 e 18 anos. A escola possui 160 alunos matriculados (PPP, 2022).

No que tange sobre os tipos de modalidade de ensino (Quadro 2), a escola é organizada da seguinte maneira:

**Quadro 2- Tipos de modalidade de ensino.**

	Caracterização
✓ Educação Quilombola	<p>Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino recente no âmbito da Educação Básica, visto que, a Resolução N° 08 de 20 de novembro de 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, portanto, trata-se de uma política pública em construção, de uma política pública cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes no currículo escolar.</p> <p>A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político pedagógicas pelos seguintes princípios, o que pressupõem a Resolução nº025/16 – CEE/AP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;</li> <li>• respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;</li> <li>• proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;</li> <li>• valorização da diversidade étnico-racial;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual;</li> <li>• promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.</li> </ul>
✓ Educação Ambiental	<p>A educação ambiental é conceituada como os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, com base em práticas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e sustentável, fundada nos valores de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação.</p> <p>A lei nº 9.795/1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determina a inclusão da Educação Ambiental na Educação Nacional, definindo diretrizes para sua efetivação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, para fomentar novas práticas sociais e de produção de consumo;</li> <li>• Garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;</li> <li>• Estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;</li> <li>• Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;</li> <li>• Promover o cuidado com a comunidade de vida, à integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero e o diálogo para a convivência e a paz.</li> </ul>
✓ Educação Especial	<p>Os princípios gerais da educação dos alunos com necessidades especiais são delineados pela LDBEN 9.394/96, tendo como eixo norteador a elaboração do projeto Político Pedagógico da Escola que incorpora esta modalidade em articulação com a família e a comunidade. O projeto tem como atenção a qualidade e a diversidade dos alunos, em suas necessidades comuns e especiais como eixo de uma prática pedagógica inclusiva, pois a escola considera o aluno como foco do processo pedagógico.</p>

	<p>Em atendimento às orientações das Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, a escola estabelece parcerias com as Instituições do Ensino Superior para a realização de pesquisas e estudos de casos relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.</p> <p>Organização de Turmas nas classes comuns:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição dos alunos conforme suas necessidades educacionais especiais pelas diversas classes comuns do ensino regular, considerando suas condições de aprendizagem;</li> <li>• Nas turmas onde houver incluso alunos com necessidades educacionais especiais, o número máximo é de 25 alunos por turma;</li> <li>• Não agrupar alunos com diferentes tipos de deficiências;</li> <li>• Para alunos cegos e surdos, recomenda-se o atendimento em classe especial durante o processo de alfabetização, visando a aprendizagem dos códigos de comunicação, para o cego o ensino de Braille, e para o surdo primeiramente o ensino de língua brasileira de sinais e depois a língua portuguesa.</li> <li>• Seleção de professores capacitados e especializados respectivamente para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.</li> </ul> <p>A escola poderá criar em caráter extraordinário classes especiais, cuja organização está fundamentada na LDBEN e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, bem como nos Referenciais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, para atender em caráter transitório, alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos que demandem ajuda apoio intenso e contínuo, com apoio dos Sistema Educacional de Ensino, que proverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Professores especializados em educação especial;</li> <li>• Organização de classes para necessidades especiais sem agrupar diversas deficiências;</li> <li>• Equipamentos específicos;</li> <li>• Adaptação para acessibilidade e adaptações nos elementos curriculares;</li> <li>• Garantir atendimento no contraturno;</li> <li>• Encaminhar as dificuldades de aprendizagem para a equipe multidisciplinar dos centros de apoio pedagógico;</li> </ul>
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir matrículas de alunos oriundos de outras escolas.</li> <li>• Ofertar curso em caráter de formação continuada para os professores do AEE;</li> <li>• Zelar pelos horários estabelecidos pela equipe técnica da escola;</li> <li>• Planejar conjuntamente com os professores regentes das classes regulares;</li> <li>• Encontros extras escolares com profissionais da área para troca de experiências;</li> <li>• Elaborar estratégias para aproximar a família da escola.</li> </ul>
<p>✓ Educação do Campo</p>	<p>A escola mesmo com proximidade da área urbana de Macapá está classificada como escola rural ( Secretaria Estadual de Educação -SEED/AP). Pois atende também alunos de comunidades ribeirinhas e rurais o que requer um olhar diferenciado para as peculiaridades socioeconômicas desses alunos, obedecendo assim a LDB 9.394/96 estabelece que:</p> <p>A oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente.</p> <p>I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais realidades e interesses dos alunos da zona rural;</p> <p>II – Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;</p> <p>III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural.</p>

Fonte: Dados do PPP (2022).

A importância da aplicabilidade da Lei 10.639/03 na escola e seus objetivos também expressos no Plano Nacional para Estudo das Relações Etnicorraciais visam à formação dos sujeitos no ambiente escolar, buscando trabalhar a questão da diversidade e do multiculturalismo. E outro documento primordial na educação brasileira atualmente sobre a temática é a resolução 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, representando um marco histórico em relação à Educação Quilombola Escolar e as lutas do Movimento Negro no Brasil. Nesse caso o documento estabelece a seguinte atribuição:

§1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I- Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e se alimentado:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas remanescentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;

g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país;

h) da territorialidade.

II- Compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica e Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância.

III destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (BRASIL, 2012).

A Lei 1907/2015 que dispõe sobre o Plano Estadual de Educação assegura em suas metas e estratégias:

Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas africanas, afro brasileira e indígenas, e implementações educacionais nos termos das Leis 10.639/03 e 11.769/08, assegurando a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), por meio de ações colaborativas com Fóruns de Educação para a Diversidade Etnicorracial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil

3.6 Disciplinar no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

3.9 Ampliar a oferta do ensino fundamental para as populações do campo, de assentamentos, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, negras e quilombolas, nas respectivas comunidades.

Diante do exposto, a escola desenvolve projetos pertinentes a esta modalidade e estabelece parcerias com Secretarias e entidades governamentais e não-governamentais garantindo assim, qualidade no processo de ensino aprendizagem.

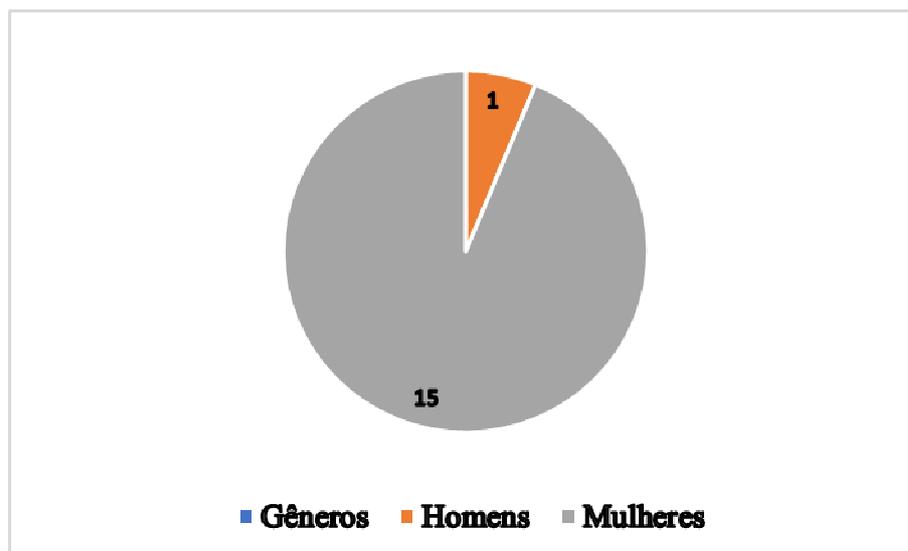
Em virtude de atender também alunos de comunidades urbanas e ribeirinhas há muitos conflitos nos aspectos culturais e raciais, que precisam ser aperfeiçoados no contexto escolar. Torna-se imprescindível que esse processo aconteça a partir de um diálogo contínuo com todos aqueles que constituem a comunidade na qual a escola está inserida, sendo um exercício de construção de um currículo próprio, atendendo os anseios educacionais quilombolas.

## **1.6 Perfil dos Entrevistados**

Em primeiro momento, buscamos saber qual era o gênero dos participantes da pesquisa. Todos os entrevistados são servidores públicos do Governo do Estado do Amapá, que desenvolvem suas atividades profissionais na Escola Estadual Quilombola José Bonifácio. Percebemos que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino (Gráfico 1), demonstrando uma forte presença feminina no contexto escolar quilombola, reconhecendo-se como resistentes, guerreiras e com sentimentos de cooperação.

Destarte, a participação das mulheres negras brasileiras, sua organização acrescida à aliança com outros movimentos, foi fundamental para o debate de gênero e políticas antirracismo. Com o feminismo surgiu segundo Louro (1997, p.148), “uma nova maneira de pensar sobre a cultura, sobre a linguagem, a arte, a experiência e sobre o próprio conhecimento”. Nessa perspectiva, há uma nova compreensão sobre os sujeitos, em que a mulher é percebida como sujeito social, político e do conhecimento.

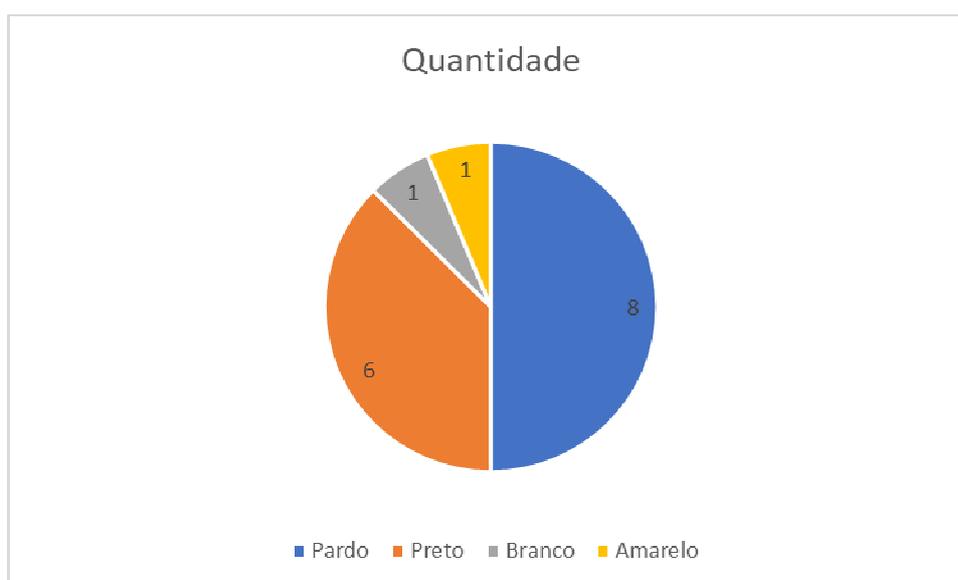
De acordo com a função desempenhada, são 12 professores, 01 assessora pedagógica, 01 coordenadora pedagógica, 01 cuidadora escolar e 01 diretora, com faixa etária entre 33 e 67 anos de idade. O tempo de serviço é de 03 a 30 de trabalho.



**Gráfico 1** - Gênero dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 2, demonstra a cor ou raça dos participantes, 08 autodeclaram pardos e 06 pretos. De acordo com classificação do IBGE, o pardo é um dos cinco grupos de cores étnicas que compõem a população brasileira, juntamente com os brancos, pretos, amarelos e indígenas. A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada a ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação (SOUZA, 2008), compreende-se, portanto, que a escola quilombola tem uma grande relevância, devendo trazer para dentro do espaço escolar toda a discussão sobre o processo identitário. Sendo assim, percebemos que a escola busca a valorização da identidade negra, respeitando os costumes, as crenças e sua cultura, compreendendo que o processo educativo, sobretudo, para o aluno quilombola, deve ressaltar a história e a cultura da comunidade.

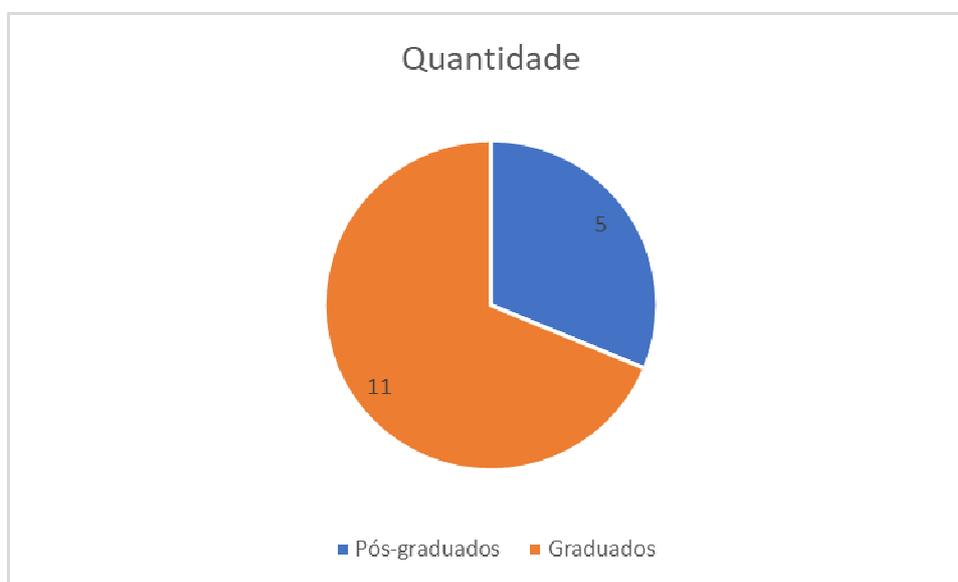


**Gráfico 2** - Cor ou raça dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa

Da formação acadêmica dos entrevistados, 11 responderam que possuem graduação sem especialização e 05 responderam que possuem graduação com especialização nas seguintes áreas: Estatística na Educação; História da Cultura Afrodescendentes; Educação Especial e Psicopedagogia; Gestão do Trabalho Escolar; Pós-graduação em Pedagogia e Cultura Africana, conforme gráfico 3:

Desta forma, compreendemos que os profissionais buscam qualificação nas suas áreas, contribuindo para o fortalecimento do currículo escolar quilombola. Neste contexto, ressaltamos a necessidade de formação continuada, considerando a diversidade étnico - racial, de modo que os profissionais da educação possam compreender as bases legais, os fundamentos epistemológicos, bem como, adquirir conhecimentos mínimos necessários à atuação na Educação básica, em consonância aos objetivos e princípios da modalidade educação escolar quilombola, ou seja, de modo a construir-se um currículo que valorize esses aspectos e sejam colocados efetivamente em prática.



**Gráfico 3** - Formação acadêmica dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa

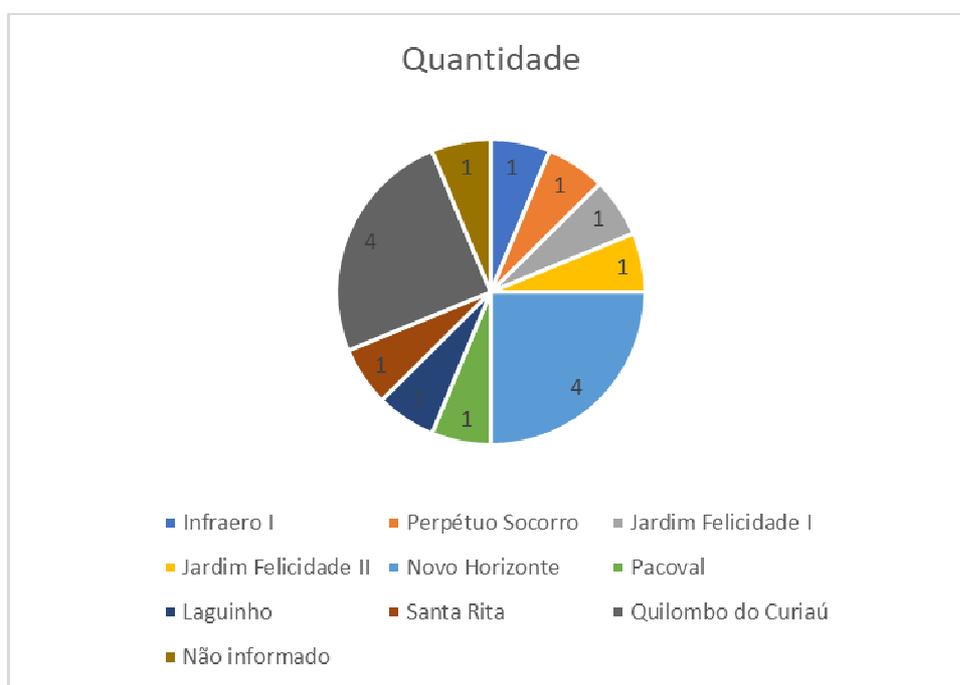
Com a finalidade de saber a moradia dos entrevistados. Os dados da pesquisa revelaram que nem todos residem na comunidade do curiaú. Dos 16 participantes, 4 residem na comunidade e os restantes são de outros bairros, como : Novo Horizonte, Infraero I, Jardim da Felicidade I e II, Pacoval, Perpetuo Socorro e Lagunho, conforme podemos observar no gráfico 4.

Desta forma, entendemos que ter moradores do quilombo trabalhando na escola, significa manter viva a cultura original, voltar ao passado, retomar a sua história, (re) conhecer a memória dos seus antepassados, para compreender o presente e recarregar forças para a defesa da terra, da vida, das suas tradições sociais e culturais.

Por isso, é importante destacar que a reivindicação dos grupos quilombolas, a consequente titulação de suas terras, não é um mero reivindicativo topográfico, mas de territorialidade, ou seja, o espaço geográfico titulado deve incluir o espaço subjetivo do ambiente, ou seja, tudo o que contribui para que o morador da área mantenha viva sua forma cultural de ser e de agir nesse ambiente. Em outros termos, o lugar territorial, para ser lugar de memória e de cultura, deve ser ocupado e apropriado nos limites do poder, e vinculado ao coletivo de tal modo que não seja mais possível a partir de um tempo viver fora de seu espaço. Nesse contexto, ressaltamos as categorias cultura e memória por compreender que,

Culturas, Identidades e Memórias são dimensões fundamentais na formação e caracterização de um povo. É por intermédio da cultura, da identidade e da memória que se forma a consciência de indivíduo, de grupo social, de coletividade e de nação e, conseqüentemente, o fortalecimento do ser cidadão. O ajuntamento de costumes e crenças, as manifestações artísticas, os hábitos cotidianos, as experiências e o conhecimento pessoais e coletivos acumulados e transmitidos entre gerações, e as relações entre seres humanos e o seu ambiente é o que podemos entender como componentes formativos de cultura (PAULINO, 2017, p. 151-152).

Desse modo, ao reivindicar a demarcação de seu território, a comunidade está também reivindicando o direito de estabelecer o seu modo de vida, seus hábitos, suas crenças e manifestações em um espaço para dar continuidade a um legado herdado de seus antepassados, legado esse que é memorial, que é cultural, que é vital para a sua existência.



**Gráfico 4 - Bairro dos entrevistados**  
 Fonte: Dados da pesquisa

Contextualizando a escola compreendemos a importância da educação escolar quilombola e do currículo empregado na escola, pois é assim que a cultura negra é trabalhada a partir de sua valorização e afirmação, além de dialogar sobre a realidade histórica e social dos alunos, atuando no combate dos fenômenos que surgem a partir do racismo na escola, assim como na manutenção e no fortalecimento da identidade quilombola.

## 2 CAPÍTULO II

### QUILOMBOS RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO

#### 2.1 Quilombos e Educação Escolar Quilombola

Os quilombos, ou comunidade quilombolas comumente como são chamados, foram protagonistas de diversas discussões na contemporaneidade e representam sinônimos de luta e resistência no Brasil, caracterizando-se por grupos étnicos, constituídos por uma população predominantemente negra.

A história das comunidades quilombolas <sup>1</sup>do Brasil estão ligadas diretamente à África, que é o continente mais importante no suporte e na manutenção da estruturação do mundo nos últimos cinco séculos, particularmente na formação do “Novo Mundo”, a América. Dessa forma, o território africano é um componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel das populações de ascendência africana na sociedade brasileira (VIDEIRA, 2013).

No Brasil, os quilombos, tidos como núcleos paralelos de poder, organização social e produção de subsistência, eram considerados a expressão mais radical de ruptura com o sistema latifundiário e escravista (MIRANDA, 2012). Ainda em Miranda (2012), ressalta que os quilombos tinham como emblema principal o Quilombo dos Palmares<sup>1</sup>, que representou a resistência e a luta contra o sistema colonial escravista que os oprimia e colocava os negros em uma posição ativa diante do contexto em que estavam inseridos.

Por esse ângulo, o quilombo era um espaço em que os escravos reafirmavam sua cultura, seu modo de vida comunal e coletivo, e a sua religiosidade, onde as relações próximas, propiciadas pela vida no quilombo, firmavam suas identidades pelo compartilhamento de símbolos, valores e costumes comuns. A possibilidade de assumir sua identidade permitia ao indivíduo colocar-se de forma diferente perante a sociedade, em uma posição ativa de resistência, luta e discordância com o tratamento de submissão e exclusão imposto ao escravo (MIRANDA, 2012).

De acordo com (GUIMARÃES, 1988), esses grupos, estão relacionados à cultura e espaços territoriais afro-brasileiros, onde a terminologia é oriunda do “ochilombo”, representam núcleos fundados a partir de movimentos, tais como, fuga da escravidão, ocupação de áreas da reforma agrária e outros caracterizados como o maior movimento de negação ao modelo escravocrata implantado no Brasil durante a colonização.

Segundo Ribeiro (1995), esse movimento teve seu marco, especialmente com o processo de colonização brasileira, onde os portugueses, buscaram possibilidades de ações econômicas, que pudessem estabelecer lucros para a Coroa Lusitana. Observa-se, que essa discussão é apresentada com marco temporal entre 1530 e com grande fluxo de tráfico de negros entre os séculos XVI e XIX, a tese fortalecida, vai ao encontro especialmente se considerarmos que um país tão pequeno como Portugal, não dispusesse de mão de obra

---

<sup>1</sup> O quilombo mais conhecido foi o Quilombo do Palmares, onde o líder principal era Zumbi dos palmares. Esse quilombo existiu por quase cem anos e foi o maior símbolo de resistência dos escravos no Brasil colonial. Os quilombos representaram por essa ótica, uma das formas de resistência e combate à escravidão, rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África.

suficiente para atuar com a cana-de-açúcar, café, exploração de ouro e outros recursos naturais em quantidade suficiente para aumentar o lucro da Coroa.

Neste contexto, a escravidão surge como uma alternativa para ampliar os lucros, sendo, em sua grande maioria utilizavam os negros do continente africano e os povos indígenas do Brasil, este segundo, com amparo da Igreja Católica.

Nesta mesma concepção Lacerda (2003), nos chama atenção, acerca especialmente do processo de escravidão dos negros, onde eram retirados dos seus lares e trazidos para o Brasil, com o único intuito de suprir a mão de obra necessária para levar riquezas à coroa portuguesa, considerando a frustração com o processo de colonização dos indígenas, que naquele momento estavam protegidos pela igreja.

Para Carneiro (1988, p.14), o quilombo foi um movimento de massa “era a reafirmação da cultura e do estilo de vida africano”. Conclui dentro de uma concepção antropológica, sociológica e econômica que:

O quilombo é, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, uma síntese dialética ( CARNEIRO, 1988, p.14).

Esses referenciais mostram que o debate em torno da garantia de direitos civis das comunidades quilombolas ganhou impulso nas últimas décadas do século XX, constituindo-se em uma ação coletiva reivindicatória diretamente ligada à exclusão social, econômica e política do povo negro na sociedade brasileira.

## **2.2 Comunidades Quilombolas no Amapá**

O estado do Amapá - AP é uma das 27 (vinte e sete) unidades federativas do Brasil, que conta com 26 (vinte e seis) estados e 01 (um) distrito federal. O Amapá foi considerado território da União até 1988, apenas por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988), tornou-se estado.

Nota-se que é um estado com administração política e financeira novo, considerando a realidade dos demais estados da federação, menciona-se ainda que, é o segundo menor estado da federação em número de municípios, considerando que Roraima detém 15 (quinze) municípios e o Amapá 16 (dezesseis).

Existem inúmeras fragilidades em relação à posse da terra no Amapá, a sua grande maioria não possui registros no cartório de imóveis, outra grande parte das terras, algumas sem ocupação, encontra-se sob posse da união, porém nos últimos anos, muito tem se avançado na regularização e demarcação de terras neste estado.

Neste contexto, o Estado do Amapá, desde o início do período colonial, foi historicamente habitada por negros, pois recebia tanto os libertos quanto os fugitivos durante o regime de escravidão. Com a presença negra, formaram-se núcleos de resistência, os quilombos ou mocambos, mencionados em muitos registros históricos pelas autoridades locais.

Gomes (1999) ao discutir sobre fugas e formação de mocambos na região de fronteira com a Guiana brasileira, em especial Macapá, do período colonial, século XVII até o último quartel do século XIX, retrata que havia na época muita preocupação das autoridades coloniais devido às rotas de fuga que os escravos encontravam junto às fronteiras. Dessa forma,

A fronteira era, para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico perfeito naquele contexto amazônico. Assim como em outros lugares, os fugitivos procuravam formar grupos, desenvolver uma economia ou mesmo buscar alianças com outros setores sociais. Em 1765, suspeitava-se de fugitivos das obras das fortificações do Amapá, pois era "bem de presumir se conservar pelas roças buscando nelas o mantimento de milho e pacovas". Fugitivos e quilombolas contavam certamente com ajuda. Ainda que nem sempre, acabavam em certa medida contando com apoio de índios, taberneiros, donos de canoas e outros escravos. (GOMES, 1999, p.233-234)

Segundo dados da Fundação dos Palmares de 2011, existem 138 comunidades remanescentes de quilombos (SILVA, 2012). Uma destas comunidades está localizada no município de Macapá, registrada como Comunidade Quilombola Curiaú. Sendo a primeira a ser titulada e reconhecida como quilombo no estado do Amapá.

De acordo com Trindade e Moraes, (2014).

Essa política de reparação aos povos e comunidades tradicionais quilombolas e garantia de seus direitos étnico-territoriais, fruto de mobilizações sociais do movimento negro e quilombola, possui amparo jurídico no conceito de cultura consagrado pela 19 Constituição Federal de 1988, e particularmente, com o Artigo 68 dos ADCT. Cabe ressaltar, que no nível internacional, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho da (OIT) que foi ratificada pelo Brasil 20, também garante os direitos étnico territoriais desses povos tradicionais. No que se refere especificamente ao estado do Amapá, existem outros instrumentos jurídicos como a Lei Ordinária nº 1.505 de 23 de julho de 2010 que tal qual o Decreto federal 4.887/2003 prevê os procedimentos para a titulação definitiva das terras de quilombos no nível estadual. Somado a isso, se verifica a institucionalização de setores do poder público, especificamente ligados à questão étnico-racial, então objetivada pela existência da SEAFRO e do IMPROIR, abrigados na esfera estadual e municipal respectivamente. Portanto, em que pese esses três fatores: i) um arcabouço jurídico; ii) a jurisdição pública das terras compreendidas pelo Amapá e, iii) a estratégica institucionalização das especificidades de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades negro-quilombolas, a regularização fundiária não tem sido efetivada. (TRINDADE E MORAES, 2014, p. 19).

O estado do Amapá, nas últimas duas décadas tem conseguido significativos avanços na tentativa de garantir a esses indivíduos, o uso e a apropriação da terra e do espaço.

Neste cenário, se percebe o processo longo, lento e minucioso para que essas comunidades possam pertencer de fato e direito ao grupo quilombola, mesmo com os avanços promulgados nas últimas décadas.

Com a publicação pelo governo federal do Decreto 4.887 de 2003, cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA acompanhar o processo de certificação das áreas quilombolas.

Neste sentido, de acordo com o INCRA a titulação territorial quilombola se dá da seguinte forma:

- ✓ A autodeclaração quilombola, o grupo deve apresentar ao INCRA a Certidão de Autorreconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares;
- ✓ Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, nele constará um levantamento de informações gerais ligados à comunidade, tais como dados ecológicos, históricos, geográficos, antropológicos e fundiários. (Realizado por um antropólogo);
- ✓ Publicação do RTID, após a análise do relatório pode-se contestar o resultado no prazo de 90 dias;

- ✓ Publicação no Diário Oficial da União e dos estados a portaria do Presidente do INCRA reconhecendo válido o limite do território quilombola.

Silva (2012), apresenta um panorama da situação do Amapá, acerca especialmente do reconhecimento de terras quilombolas. De acordo com o autor:

Até 2011, foram identificadas 138 comunidades remanescentes de quilombolas no estado do Amapá, sendo que deste universo, 30 já têm a certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares – FCP. Destas, 03 comunidades tiveram seus títulos emitidos: Curiaú, Mel da Ilha Pedreira e Conceição do Macacoari, todas localizadas no município de Macapá. Os relatórios técnicos de identificação e delimitação - RTID das comunidades do Rosa e São Raimundo do Pirativa já foram publicados e estão aguardando o cumprimento da fase de contestação. Outras 04 comunidades contam RTID parcialmente elaboradas, a saber: Ambé, São Pedro dos Bois, São José do Mata Fome, Cinco Chagas do Matapi, Lagoa dos Índios, Cunani, Engenho do Matapi e Ilha Redonda. (SILVA, 2012, p.16.).

De acordo com dados da Fundação Cultural dos Palmares, expressos na Tabela 2, as principais comunidades foram certificadas até 2013.

**Tabela 2 - Comunidades Quilombolas no Amapá Certificadas pela Fundação Cultural Palmares (até outubro de 2013)**

Uf	Município	Comunidade quilombola	Publicação no dou
AP	Calçoene	Cunani	19/04/2005
AP	Macapá	Lagoa dos Índios	19/08/2005
AP	Macapá	Conceição do Macacoari	09/11/2005
AP	Macapá	Mel da Pedreira	09/11/2005
AP	Macapá	Ilha Redonda	12/05/2006
AP	Macapá	Rosa	12/05/2006
AP	Macapá	São José do Mata Fome	12/05/2006
AP	Macapá	São Pedro dos Bois	12/05/2006
AP	Macapá	Ambé	07/06/2006
AP	Macapá	Porto do Abacate	28/07/2006
AP	Santana	São Raimundo do Pirativa	13/12/2006
AP	Oiapoque	Kulumbú do Patuazinho	19/11/2009
AP	Santana	Engenho do Matapi	19/11/2009
AP	Macapá	Currallinho	24/03/2010
AP	Macapá	São João do Matapi	24/03/2010
AP	Santana	Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos	24/03/2010
AP	Macapá	Ressaca da Pedreira	28/04/2010
AP	Macapá	Santo Antônio do Matapi	28/04/2010
AP	Santana	Alto Pirativa	28/04/2010
AP	Santana	Cinco Chagas	28/04/2010
AP	Tartarugalzinho	São Tomé do Aporema	28/04/2010
AP	Ferreira Gomes	Igarapé do Palha	04/11/2010
AP	Macapá	São José do Matapi do Porto do Céu	04/11/2010
AP	Itaubal do Pírrim	São Miguel do Macacoari	27/12/2010
AP	Santana	Igarapé do Lago	17/06/2011
AP	Macapá	Santa Lúzia do Maruanum I	04/10/2011

AP	Macapá	São João do Maruanum II	04/10/2011
AP	Macapá	Curiaú (Titulada)	13/03/2013
AP	Laranjal do Jarí	São José	24/05/2013
AP	Mazagão	Lagoa do Maracá	24/05/2013
AP	Vitória do Jarí	Taperera	24/05/2013
AP	Macapá	Campina Grande	19/09/2013
AP	Macapá	Carmo do Maruanum	25/10/2013
<b>Total de Comunidades Quilombolas Certificadas</b>			<b>33</b>

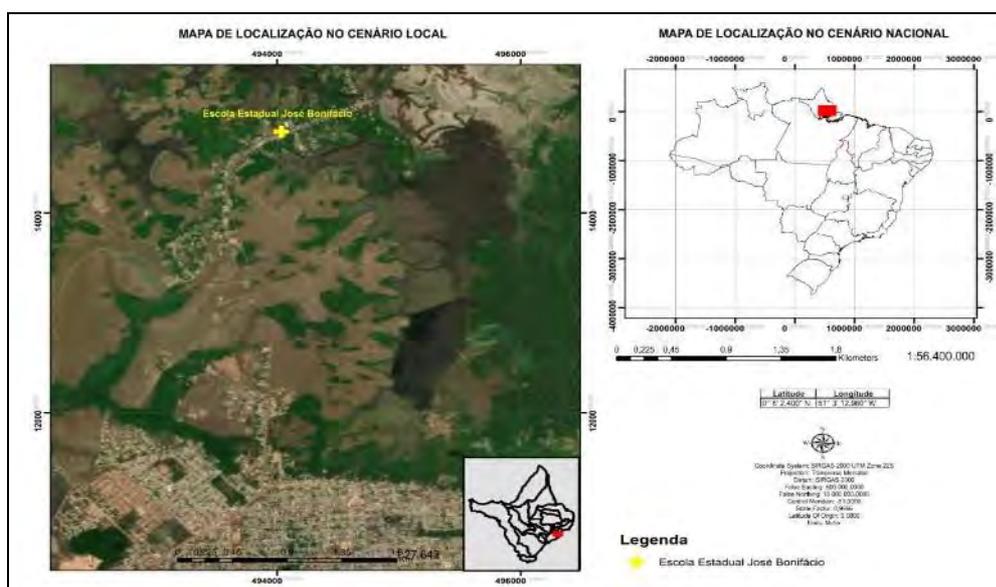
Fonte: Fundação dos Palmares (2013)

É possível analisar ainda que, a maioria das comunidades certificadas, encontra-se na região metropolitana do estado, o que nos leva a questionar, especialmente o acesso à informação e orientação acerca do processo de certificação, considerando especialmente que o estado do Amapá, que se caracteriza pela expressiva formação territorial constituída através da existência de terras públicas, se verifica um processo de territorialização étnica objetivado pela existência social de povos e comunidades tradicionais quilombolas, que ainda precisam ser compreendidos, cabe ao estado em promover às comunidades tradicionais quilombolas uma reparação étnico-territorial dada a violência histórica sofrida no contexto da colonização através da escravidão (SANTOS, 2013).

Outro aspecto, é a falta de investimento na infraestrutura rodoviária, pouco acesso à informação, a dificuldade de orientação para que os povos quilombolas consigam o direito de reconhecimento das terras, esta perspectiva, espera-se ações do poder público para garantir não apenas o acesso às terras, infraestrutura, mas também aos programas sociais a que estes povos têm direito.

### 2.3 Comunidade Quilombola do Curiaú

A Comunidade Quilombola do Curiaú está localizada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA do Rio Curiaú), situada 10 km ao norte do centro da cidade de Macapá, no município de Macapá. Podendo ser visualizada na figura 4 sua localização no estado do Amapá.



**Figura 4 - Localização da Comunidade Quilombola do Curiaú**  
 Fonte: IEPA/AP, 2022. Elaborado por Potyguara.

As comunidades pertencentes ao território quilombola do Curiaú estão localizadas muito próximas e seus moradores possuem laços de parentesco, costumes sociais e interesses coletivos que se configuram em relações sociais que contribuem para afirmar os sentimentos de pertencimento do povo quilombola. Nesse sentido, os núcleos de povos que formam as comunidades quilombolas do Curiaú são representadas pelas seguintes comunidades: comunidade do Curiaú de Fora, comunidade do Curiaú de Dentro, comunidade do Mocambo, comunidade da Casa Grande, comunidade do Curralinho, comunidade do Pescado e comunidade do Pirativa (FACUNDES, 2000).

Sobre a origem do Quilombo do Curiaú, duas versões são contadas. Uma delas, de acordo com Silva (2000), no seu livro “Curiaú: sua história, sua vida”, o autor menciona que a origem se deu há três séculos, onde chegou de canoa, através do Rio Pedreira, um casal de origem africana, o Sr. Miranda e esposa, e seus sete escravos, todos irmãos, trazendo gado e naquelas margens resolveram ancorar. Um de seus escravos, Francisco Inácio, quando em busca de mel a mando de seu senhor, descobriu o lago, voltou e falou para o seu senhor que tinha achado um bom lugar de cria- ú (criar gado), garantido que o lugar era próprio para a sobrevivência, construíram suas casas e iniciaram a colonização do local. Após a morte do senhor Miranda, os escravos fizeram a partilha das terras entre si, que a partir daí passaram a constituir a comunidade.

A segunda versão contada se deu com a construção da Fortaleza de São José de Macapá, de onde alguns escravos africanos revoltados com os maus tratos dispensados a eles, rebelaram - se, fugiram e foram se amocambado na região, criando dessa forma o quilombo.

Segundo Marin (1997), a origem da toponímia CURIAÚ, precede de uma associação do lugar com finalidade percebida, escolhido para criar gado e o mugido das vacas (CRIÁ: lugar bom de criar gado; MÚ: mugido das vacas). O vocábulo convergiu para CRIAMÚ e posteriormente para CRIAÚ e hoje, numa linguagem urbana, CURIAÚ.

Contribuindo ainda com a história do Curiaú, este autor informa que a formação do mocambo do Curiaú encontra apoio tanto em narrativas transcritas como na volumosa documentação do século XVIII e XIX, existente no arquivo público do estado do Pará e ainda em peças arquivistas existentes nos arquivos da Guiana Francesa. Esse agrupamento formou a comunidade quilombola do Curiaú, que são também populações tradicionais descendentes de escravos desenvolvem práticas produtivas tradicionais como roça de subsistência, baseada no trabalho familiar e comunitário e na coleta de produtos florestais como o açaí.

As populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar uma identidade pública que incluem características, tais com: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, noções de território ou espaço onde o grupo social se reproduz economicamente e socialmente. É notória a importância dada à unidade familiar e doméstica, ou familiaridade, para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais. Há visível importância aos símbolos, mitos e rituais associados à caça, à pesca e as atividades extrativistas, conhecimento profundo da natureza transmitido oralmente de geração em geração (CUNHA JR, 2001).

Ainda segundo o autor, um dos critérios mais importantes para se definir uma comunidade tradicional é se reconhecer como um grupo cultural particular de identidade própria. Deste modo, a Comunidade Quilombola do Curiaú, possui um vasto conhecimento tradicional de crenças e práticas de povos culturais diferentes que afirmam que a natureza para eles não é somente um inventário de recursos naturais, mas representa também as forças espirituais (POSEY, 1992).

De acordo com Videira (2010), às festas de santos de tradição da religião católica realizadas na comunidade do Curiaú são motivo de orgulho e alegria para os moradores da comunidade quilombola, onde eles compartilham momentos de reencontro com seus

familiares, parentes, amigos e vizinhos, onde celebram as suas ancestralidades, resgatando, dessa forma, a tradição local que é registrada e incorporada pela própria comunidade do Curiaú.

Vale mencionar que as festas realizadas pela comunidade, se definem em culturas, tradicionais, folclóricas, profanas e sociais. As Culturais são aquelas feitas em nome de santos; as tradicionais são aquelas realizadas há mais de dez anos; as folclóricas são as juninas; as sociais são os casamentos e aniversários, e as profanas são as realizadas nos finais de semanas (SILVA, 2004).

Marin (1997) afirma que no Curiaú, seus habitantes são profundamente devotos de várias imagens católicas e tradicionalmente festejam com fé e veneração. Inclusive, essa vocação festeira de suas comunidades, foi o meio encontrado para preservar, através de comemorações religiosas, sua herança afro, marcadas pelo sincretismo religioso. Conjugam elementos profanos, tais como o Batuque e o Marabaixo, com rituais religiosos, como as Ladainhas, Procissão e a Folia.

A comunidade do Curiaú nos dizeres de Facundes e Gibson (2000) vive basicamente da agricultura de subsistência extensiva, atividade que, praticamente, apenas satisfaz às necessidades básicas da sua alimentação. Utilizando-se de técnicas primitivas e rudimentares, limitando o cultivo a pequenas áreas.

Ainda segundo os autores, as atividades agrícolas consistem principalmente no cultivo da mandioca para a produção de farinha e no de hortaliças em pequena escala.

As culturas permanentes são resumidas àquelas de fundo de quintal nas pequenas propriedades rurais e nas imediações dos núcleos populacionais.

A criação bovina é uma das principais atividades desenvolvidas no Curiaú e é praticada por pequenos criadores principalmente com a criação extensiva de búfalos, mas também há a criação de gado bovino, de carneiros e de cavalos.

Outras atividades como a pesca, a extração seletiva de madeira e o açaí são também desenvolvidas na comunidade.

Vale ressaltar que os produtos produzidos por essas atividades, basicamente, são usados para o consumo local, com pouca conotação e importância comercial.

## **2.4 Educação Escolar Quilombola no Contexto da Educação do Campo: A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio do Curiaú-Ap.**

O percurso de discussões na área educacional iniciado na década de 1980 sobre a efetivação da modalidade de Educação Escolar Quilombola foi marcado por um elevado grau de movimentos em volta da função social da escola e sua possível reconstrução. Os problemas referentes à qualidade da escola pública refletiram sobre a democratização da educação, tanto no que se atribui à garantia do acesso quanto no sentido das práticas pedagógicas desenvolvidas no interior da escola. Tudo isso no intuito de superar uma educação fabril onde a sociedade industrial buscava a formação de seres humanos adestrados, seguidores de um ideal de conhecimento fragmentado.

Nesse cenário de luta para garantir os direitos civis do povo quilombola desencadeou-se também as reivindicações pela educação escolar quilombola enquanto política educacional. Problemática denunciada constantemente pelo movimento negro, pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e setores da sociedade que exigem a educação pública e de qualidade para todos (BRASIL, 2011). Conforme o relatório Unicef (BRASIL, 2003, p. 15) sobre a situação da infância e adolescência brasileira:

31,5% das crianças quilombolas de sete anos nunca frequentaram bancos escolares; as unidades educacionais estão longe das residências e as condições de estrutura são precárias, geralmente as construções são de palha ou de pau a pique; poucas possuem água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. O acesso à escola para estas crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas. Raramente os alunos quilombolas veem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são capacitados adequadamente, o seu número é insuficiente para atender a demanda e, em muitos casos, em um único espaço há apenas uma professora ministrando aulas para diferentes turmas.

Essa realidade, por muito tempo, ficou desconhecida e/ou desprezada pelo Estado. Com a agenda das lutas dos movimentos e as conquistas das políticas públicas e dos programas federais, mesmo que de maneira lenta e complexa, foi-se tornando um pouco mais visível a necessidade de uma educação escolar específica para a população quilombola.

No âmbito das políticas educacionais, o que temos de concreto é o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), introduzido pela Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do estudo da História da África e da Cultura afro-brasileira e africana e do ensino das relações étnico-raciais, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira. Pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 todo sistema de ensino precisará providenciar “Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais” (BRASIL, 2003, p.9).

Em 2001, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em Brasília, debateu, em âmbito geral, a diversidade no campo da política educacional. Como resultado desse debate houve a inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica no Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. A CONAE (2010) definiu que a educação quilombola é da responsabilidade do governo federal, estadual e municipal e estes devem:

a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional. b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local. c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnicoracial do grupo. d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados. e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas. f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p. 9).

Isso significa que a regulamentação da Educação Escolar Quilombola nos sistemas de ensino deverá ser consolidada em nível nacional e seguir orientações curriculares gerais da Educação Básica e, ao mesmo tempo, garantir a especificidade das vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país (BRASIL, 2011). Outro desafio que está posto

é a inserção da realidade histórica e cultural quilombola nas questões curriculares das escolas da Educação Básica pública e privada de todo país, considerando que as comunidades quilombolas fazem parte da história da sociedade brasileira.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Câmara de Educação Básica (CEB), começou, em 2011, o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Estas diretrizes têm a finalidade de “orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola” (BRASIL, 2011, p.05).

Para efetivar o processo democrático de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola foram realizados seminários nacionais e regionais e audiências públicas no Maranhão, na Bahia e em Brasília durante o segundo semestre de 2011, com o objetivo de construir juntamente com as comunidades quilombolas os alicerces necessários para elaboração das Diretrizes, principalmente na área da gestão pública no que se refere às necessidades da Educação Quilombola, como os processos de avaliação escolar, a alimentação, o transporte, a edificação do prédio escolar, condições de trabalho do professor, formas de ensinar e aprender, o processo didático-pedagógico e o financiamento (BRASIL, 2011). É importante considerar que as exigências para a educação quilombola recaem sobre as escolas existentes nas comunidades para que estas construam um projeto pedagógico específico, tendo em vista a singularidade cultural de cada comunidade:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas devem ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2011, p.21).

Com a criação da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no Ministério da Educação, esta passa a assumir, no âmbito do Estado brasileiro, o debate sobre a educação quilombola. Esta Secretaria empreitou recursos diferenciados para a educação quilombola. Numa iniciativa que visa melhorar as condições de ensino, a secretaria criou cursos de formação para professores, produziu material didático e disponibilizou para os municípios verbas para o transporte escolar dos alunos, além de recursos diferenciados para a alimentação escolar.

As políticas públicas e seus programas aproximam o Estado das comunidades quilombolas e ocupam o lugar fundamental no processo de reconhecimento e inserção das comunidades nas redes sociais, econômicas, educacionais e culturais locais.

Sob a perspectiva educativa, a cultura quilombola é potencializadora de elaboração e criação de conteúdos educacionais escolares, fornecedora de referenciais para a compreensão da realidade e dos significados de vida das experiências da comunidade. Destacando os dizeres de Fiori (1992, p. 93) para quem “a escola deve inserir-se intrinsecamente, radicalmente, profundamente, no dinamismo totalizante da cultura do povo, que não necessita ser autóctone, mais sim autônoma”, por isso, o ensinar e o aprender no quilombo devem selecionar conhecimentos acerca da ancestralidade, da oralidade e da memória, fortalecendo os processos educativos oriundos do seu povo.

Nesse sentido, a Educação no Campo é centrada no atendimento pedagógico com o objetivo de atender as necessidades locais, socializar conhecimento a pessoas que têm dificuldades em se deslocar da comunidade para a cidade. Essa Educação é voltada para designar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social na

relação com a terra e o meio ambiente, atendendo assim às necessidades do povo do campo (filhos de agricultores, quilombolas, ribeirinhos, assentados, agricultores familiares).

O conceito de Educação do Campo, segundo Caldart (2008), apesar de ser recente no panorama educacional brasileiro, já está em disputa e em constante movimento, porque ele busca expressar uma dinâmica da realidade marcada por fortes contradições sociais. A autora sinaliza que é importante considerar os processos produtivos da existência social no campo para pensarmos na Educação do Campo enquanto possibilidade de vincular a educação à esfera formativa do trabalho, correlacionando-os, de modo a desenvolver uma educação que não se alicerce no trabalho alienado e que possibilite aos sujeitos uma intervenção na práxis social.

Para Caldart (2008), dentro da discussão conceitual que tece a Educação do Campo, é necessário pontuar três questões que tencionam para importantes contrastes:

- a) A materialidade de origem requer que a Educação do Campo seja pensada a partir da tríade campo-política pública-educação, pois pensar esses termos de forma isolada pode promover uma desconfiguração política e pedagógica da Educação do Campo;
- b) A Educação do Campo trata de uma especificidade que é o campo, os sujeitos do campo e os processos sociais em que estes estão envolvidos e assume-se enquanto especificidade, sendo assim, não faz sentido, dentro de um pensamento emancipatório, afirmá-la tão e somente dentro da educação em si mesma;
- c) A Educação do Campo emerge a partir de três pensamentos distintos e simultâneos, que se completam no arranjo do seu conceito: a Educação do Campo é negatividade (denúncia e resistência), a Educação do Campo é positividade (tem práticas e propostas concretas) e, a Educação do Campo é superação (tem perspectiva de transformação social e emancipação humana).

A percepção que se tem hoje da educação no campo é bem diferente da que tínhamos há alguns anos, leva à compreensão da vida no campo cercada de fantasias, abundância, encantos, familiares. Entretanto, a realidade brasileira e particularmente do quilombo do curiaú tem se mostrado bem diferente: a agricultura e pecuária para poucos, baixo poder aquisitivo, sistemas de saúde, dentre outros problemas, que trazem dificuldade de acesso, estrutura das salas, conteúdos e métodos.

Diante disso, a educação deve voltar-se a interesses da comunidade que mediante à realidade social encontre no processo educativo um grande aliado, havendo a necessidade de basear-se em questões que interessem ao próprio indivíduo das comunidades Quilombolas Campo: defesa do meio ambiente, tecnologias agrícolas, novas máquinas, exercício político e cidadania. Esta estrutura deve respeitar os hábitos tradicionais da comunidade quilombola, as diferenças regionais, como os horários, a valorização do mundo negro e rural, a metodologia do ensino e um calendário que respeite o ciclo da agricultura.

Neste sentido, percebe-se a relevância do trabalho pedagógico da Escola José Bonifácio desenvolvido junto aos alunos. As vivências na escola, durante o momento de coleta de dados desta pesquisa, nos fizeram enxergar que a escola está engajada na luta por uma educação do campo emancipatória.

De acordo com PPP da escola, os alunos quilombolas podem aprender à sua maneira, ou seja, o seu cotidiano constrói a identidade de uma escola que lhes acolha. Estes, podem ir a uma escola não mais estranha ao seu cotidiano, ali eles se identificam, dialogam, conhecem e se conhecem, inclusive como grupo. Assim, o ensino dos conteúdos, para se chegar à habilidade do saber fazer, é preciso compreender e, portanto, saber resolver. Resolver com competência implica conhecimento específico, domínio da linguagem adequada, desejo e condições de fazer.

Partindo dessa compreensão as atividades de sala de aula se realizam através de situações que possam levar o aluno a desenvolver suas capacidades e potencialidades orgânicas, psíquicas e sociais, necessárias à construção do conhecimento, no sentido de articular os saberes locais às atividades de sala de aula, ao desenvolvimento das habilidades e competências do aluno, que se apresentam através de diferentes situações, dentro e fora do espaço escolar.

### 3 CAPÍTULO III

## EMPREENDEDORISMO SOCIAL E AS AÇÕES NA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO

### 3.1 Empreendedorismo Social e seus impactos na sociedade

O empreendedorismo social transforma e capacita as ideias do espírito empreendedor da sociedade civil, surge mediante os problemas sociais no mundo e na maioria em comunidades carentes, dentre as diferenças sociais existem muitas pessoas idealizadoras para ajudar o meio onde vive e trazer melhorias não só para si, mas para muitas pessoas da sua comunidade.

De acordo com Portela (2008), o empreendedorismo social está ligado ao desenvolvimento de projetos que visam conseguir o interesse geral das populações, o chamado bem comum, ou dar solução às carências sociais não satisfeitas. Neste sentido, o lucro não é o fator determinante para estes projetos e sim o bem-estar social.

O empreendedorismo social exprime-se por um aproveitamento inovador dos recursos para explorar oportunidades de preencher carências sociais de uma forma sustentável (GASPAR, 2009).

Complementando, Mendes (2011), defende o empreendedorismo social como a missão social, que pode utilizar a criação da riqueza para atingir o seu objetivo principal, resolvendo problemas sociais e ambientais, sendo utilizada por instituições públicas e privadas sem fins lucrativos.

Desta forma, compreende-se que o empreendedorismo social é um processo de identificação de oportunidades, organização de recursos, disponibilização de liderança para resolução de problemas e ao mesmo tempo criação de valor social e econômico (SARAIVA, 2011).

O empreendedorismo social apresenta um novo olhar sobre o empreendedorismo. O empreendedor social busca utilizar suas habilidades em benefício da sociedade, criando um ambiente de oportunidades e transformações. Melo Neto e Froes (2002) consideram que as transformações têm como base as práticas de empoderamento. Assim, o empreendedorismo social torna-se capaz de mover comunidades de modo que se consolidam redes de cooperação e, conseqüentemente, se criam alicerces de sustentação aos objetivos perseguidos.

Dolabela (1999) conceitua o empreendedor como aquele que sonha e busca transformar o sonho em realidade. Utilizando este conceito, pode-se dizer que o empreendedor social é aquele que se envolve com a comunidade e, juntamente com ela, sonha com melhorias locais e ajuda os atores da comunidade a buscarem a realização desse sonho.

Existe uma diferença entre os empreendedores sociais e os empreendedores privados, especialmente nos seus objetivos e formas de atuação.

“O empreendedorismo privado é de natureza individual, centrado na produção de bens e serviços para o mercado. Seu foco é o mercado, onde busca o lucro e satisfaz as necessidades de seus clientes. O empreendedor social é coletivo, pois envolve todos os membros da comunidade num esforço comum de participação, integração e desenvolvimento. Produz bens e serviços para a comunidade de modo que esta possa solucionar demandas e carências sociais. Seu foco é a busca de soluções para os problemas sociais mediante a ideação e teste de novos modelos adequados de atenção às necessidades da comunidade. Sua medida de desempenho é o impacto social de suas atuações.” (Melo Neto e Froes, 2002, p.11 - 12)

O que difere o empreendedorismo social do empreendedorismo privado, segundo Neto e Froes (2002); são dois aspectos: 1) O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais, e 2) Não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situação de risco social (exclusão social, pobreza, miséria, risco de vida) [Quadro 3].

**Quadro 3 - Diferenças entre empreendedorismo privado e social**

Empreendedorismo Privado	Empreendedorismo Social
➤ e individual	➤ e coletivo
➤ produz bens e serviços para o mercado	➤ produz bens e serviços para a comunidade.
➤ Tem foco no mercado	➤ Tem foco na busca de soluções para os problemas sociais.
➤ Sua medida de desempenho e o lucro	➤ sua medida de desempenho é o impacto social
➤ visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar potencialidades do negócio	➤ visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las

Fonte: Adaptado de Neto e Froes (2002, p.11).

Considerando o quadro 3, pode-se afirmar que o empreendedorismo privado é voltado para a produção de bens e serviços que visam atender o mercado, em busca do lucro. Já o empreendedorismo social, é coletivo, e visa produzir bens e serviços para a comunidade, envolvendo-os em um esforço comum de participação, integração e desenvolvimento.

Destarte, o Empreendedorismo Social se afasta do caráter filantrópico (DEES, 2001, 2007; DRAYTON, 2002; MELO NETO; FRÓES, 2002) e visa uma nova abordagem no trato do problema social.

"O empreendedor social tem como objetivo resultados sociais significativos, produzir mudanças para melhorar a vida das pessoas, fortalecer o autoconceito e a descoberta das próprias capacidades, clarificar valores genuínos, preservar a riqueza da vida humana e renovar as razões de esperança no futuro do mundo." (MELO NETO; FRÓES, 2002, p. 46).

O Empreendedorismo Social se mostra como sendo uma via alternativa para geração de impacto social positivo, se propondo a trazer propostas para a solução de problemas sociais, estratégias de inserção social, de maneira auto sustentável, sem depender de doações, governo ou filantropia empresarial (DEES, 2001, 2007; DRAYTON, 2002; MELO NETO; FRÓES, 2002). "Não é mais o negócio que investe no social. Mas, o social que se 'empresaria' e gera novos negócios que, por sua vez, garantem a sua sustentabilidade global e o desenvolvimento da comunidade em sua totalidade" (MELO NETO; FRÓES, 2002, p. 3).

Os Empreendedores Sociais desempenham o papel de agentes de mudança no setor social, mediante (DEES; ANDERSON, 2006; PEREDO; MCLEAN, 2006):

- a) a adoção de uma missão para criar e sustentar valor social;
- b) reconhecimento e busca de novas oportunidades para servir a essa missão;
- c) envolvimento em um processo de contínua inovação, adaptação e aprendizagem;
- d) ação arrojada sem se limitar pelos recursos disponíveis;
- e) exibição de um elevado senso de responsabilidade para com os beneficiários e apoiadores.

Nas percepções de Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2012), o empreendedorismo social é "uma atividade que cria valor social e que pode ocorrer dentro ou por meio de organizações sem fins lucrativos, empresas ou setores do governo". A partir desta definição

observa-se a possibilidade da pluralidade de agentes possíveis no processo de protagonismo do Empreendedorismo Social e na criação de valores sociais, não estando limitado apenas a uma área específica.

### 3.2 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento é visto como algo que vai além das questões econômicas, podendo ser percebido por meio de duas variáveis, tais como: a melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem em um determinado local, bem como para as pessoas que futuramente viveram nestes locais (PAULA, 2008). Seguindo esta lógica, Moura (1998) entende que o desenvolvimento local ocorre em uma localidade específica, podendo ser uma região, uma cidade ou um bairro, e que os empreendedores locais agem de modo prático nos âmbitos público ou privado, visando potencializar a economia e as condições de vida das pessoas dessas localidades.

Barquero (2001), conceitua o desenvolvimento econômico local também pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural, em face da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como do aproveitamento das economias externas e das inovações, que elevam o bem-estar social. Este conceito baseia-se na teoria de que as localidades não aproveitam a totalidade dos seus recursos disponíveis que determinam o seu potencial de desenvolvimento.

Nessa mesma linha, Melo (1998) aponta que o processo de desenvolvimento precisa ter uma visão comum, onde as iniciativas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais culminam para a mesma missão. Nesse sentido, o desenvolvimento local é na verdade uma vontade comum de melhorar a vida das pessoas, alicerçada na confiança dos próprios recursos e na capacidade de combiná-los de forma lógica para a obtenção de um futuro próspero.

Desta feita, o que se observa é que para se iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscar identificar as potencialidades existentes nessas localidades e em muitos casos, idealizar a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando o aproveitamento da capacidade econômica de cada região, sem com isso mudar ou perder as suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, o que pode ser, ainda, mais um fator que contribui indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral das dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas, deixando evidente que não se trata apenas de um fenômeno econômico, mas também de uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais. De acordo com Jará (2008, p. 73):

O desenvolvimento local direciona toda intervenção institucional ao estudo do poder enquanto relação de forças sociais por meio das quais se processam as alianças e os confrontos, bem como as decisões. E isso nos leva às questões antes não consideradas, como a democratização, a participação, o empoderamento, as parcerias institucionais, o associativismo empresarial etc.

Desenvolvimento local para Buarque (2004) é um processo endógeno restrito a pequenas esferas territoriais e agrupamentos humanos capaz promover uma dinâmica econômica local e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Concebe uma transformação em suas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, descobrindo as suas

potencialidades e capacidades específicas. Para ser um processo sustentável e consistente, o desenvolvimento deve abranger as oportunidades sociais, a competitividade e a viabilidade da economia local, aumentando com isso a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que garante a conservação dos recursos naturais.

Nesta lógica, o desenvolvimento é uma questão de qualidade de vida, não sendo determinado apenas pela riqueza material, mesmo que fosse mais bem distribuída. Inerente à ideia de desenvolvimento humano está o conceito de que o desenvolvimento significa, antes de tudo, um processo de dilatação das possibilidades de escolha e liberdade para cada pessoa sobre como estruturar sua vida, sem, porém, desconsiderar a liberdade de escolha das gerações futuras, considerando assim, a dimensão da sustentabilidade (BROSE,2002).

Quando se trata de novas formas de dinamizar o desenvolvimento, é importante se ter claro, que o território, embora deva desenvolver-se de forma economicamente sustentável, deve ser compreendido e analisado não somente a partir de suas variáveis econômicas ou geográficas, segundo Furtado (2005, p. 227),

O verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, uma forma de ativação e direção de forças sociais, de melhora da capacidade cooperativa, em exercício da ação e criatividade. Assim podemos tratá-lo de um processo primeiramente social e cultural, e conseqüentemente econômico.

O desenvolvimento local, normalmente, está associado a ações inovadoras e que mobilizam toda uma coletividade, proferindo os potenciais locais nas condições dadas pela situação do momento. Haveri, apud Buarque (2004), descreve que as comunidades buscam valer-se de suas particularidades locais e em suas qualidades superiores, especializando-se nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões.

Dessa forma, o desenvolvimento local não se refere apenas ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento humano, social, cultural, ambiental e político. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital social, capital humano e capital natural, além do tradicional capital financeiro e econômico. A abordagem do desenvolvimento local tem por si uma visão unificada de todas essas dimensões, não sendo possível separar essas variáveis.

Um dos desafios que permeiam o desenvolvimento local é expandir as formas organizativas da sociedade, sobretudo através de parcerias entre os agentes da comunidade. A organização é o fruto do exercício da solidariedade, compartilhamento de objetivos, do avanço do capital social (ARNS; ZAPATA; PARENTE; OZORIO; BRITO, 2000).

Sobre ações associativas, Jara (1998) enfatiza que, nestas circunstâncias, nasce um ajuntamento coeso de pessoas que se articulam pela cooperação e que se comprometem a atingir determinados objetivos coletivos. Franco (2000) refere que para atingir o fenômeno do desenvolvimento local, o capital humano (conhecimento) deve gerar o capital social (confiança) que gera capital empresarial (riqueza) que passe a gerar mais renda e que volte a gerar capital humano.

De acordo com Franco (2000) é necessária a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento local, assim os esforços iniciais devem estar pautados simultaneamente no capital social (resolução de conflitos, formação de redes) e, no capital humano, principalmente no empreendedorismo. Conforme Oliveira (2003), o empreendedorismo social gera uma nova forma de consciência e uma postura diferenciada no enfrentamento da pobreza, da desigualdade e da exclusão social.

Grisi (2008), em sua análise sobre programas de fomento ao empreendedorismo e ao empreendedorismo social, conclui que o desenvolvimento local é facilitado pela compreensão da cultura, das capacidades e dos talentos dos moradores da comunidade na qual o

empreendimento se insere, associada à criação de condições financeiras, tecnológicas e humanas. Esse impacto é potencializado quando há apoio de programas governamentais específicos, sobretudo de educação para o empreendedorismo.

Sendo assim, é possível compreender que o empreendedorismo social tem relação positiva com o desenvolvimento local, gerando transformação social, emancipação social e empoderamento das pessoas, promovendo ações concretas e coletivas no campo social.

### 3.3 Ações e Projetos desenvolvidos na Escola

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2022), a escola ao implementar projetos e ações, buscam aproximar o ensino com a realidade local, valorizando o saber local, a identidade e o uso de espaços alternativos de ensino no aprendizado do aluno.

Nesta perspectiva, podemos considerar que o ensino através de projetos estão presentes no ambiente escolar, porém faz sentido trazer a visibilidade do trabalho realizado pela escola por meio dos projetos e ações apresentados no quadro 4.

**Quadro 4 - Projetos desenvolvidos pela Escola Quilombola Estadual José Bonifácio**

<b>Projeto Curiaú Mostra Tua Cara</b>	<b>Finalidade:</b> - Ajudar os alunos a se reconhecerem como negros, utilizando a Lei Federal 10.639 de 2003 em suas lutas e conquistas.
	<b>Objetivo:</b> - Fazer com que se orgulhasse de sua ancestralidade; - Fortalecer a cultura local; - Estimular e melhorar a autoestima dos alunos; Disseminar o aprendizado sobre a cultura e sua etnia.
<b>Projeto Curiaú Mostra Tua Cara na Pandemia</b>	<b>Finalidade:</b> - Mitigar as incertezas encontradas na pandemia provocada pelo COVID-19, pela ausência da vacina e de decretos do governo do estado na orientação de retorno às aulas presenciais.
	<b>Objetivo:</b> - Realizar Live com objetivo de conhecer, disseminar, valorizar e preservar as histórias e tradições culturais da comunidade do Curiaú. - Recordar os trabalhos realizados pelas ações e projetos desenvolvidos pelos professores e alunos da escola. - Relatar as experiências vividas diante da pandemia.
<b>Projeto Curiaú Mostra Tua Cara - nova metodologia</b>	<b>Finalidade:</b> - Se reinventar diante dos desafios e mudanças ocasionadas pela pandemia do

	<p>COVID-19</p> <p><b>Objetivo:</b>          -Reunir as atividades desenvolvidas nas aulas híbridas, remotas e presenciais para a construção do livro intitulado: “Não Sou Eu, São Vocês”.          -Coletar histórias socioculturais, econômicas, turísticas, heranças quilombolas que deixaram marcas na vida dos moradores diante a pandemia.          -Propor conversas de roda, gravações, diálogos e interação entre os idosos, crianças, adolescentes e jovens atendidos pela escola.          -Aproximar a comunidade quilombola do Curiaú das ações da escola, mesmo que remotamente.</p>
<p><b>Projeto Horta Medicinal plantando saúde e saberes</b></p>	<p><b>Finalidade:</b>          -Reunir moradores da comunidade quilombola, as benzedeiiras, pais, avós de alunos, para repassar conhecimentos culturais, palestrando e mostrando aos estudantes da escola a sabedoria popular dos descendentes quilombolas.</p> <p><b>Objetivo:</b>          -Estimular a conscientização ambiental a partir da necessidade da preservação da natureza e de sua importância para os seres vivos;          -Incentivar o trabalho em grupo entre os estudantes a partir do cuidado que terão com as mudas plantadas e valorizar a diversidade ambiental local.          - Disseminar a sabedoria popular dos descendentes quilombolas.</p>
<p><b>Projeto Minha Biblioteca Lê</b></p>	<p><b>Finalidade:</b>          -Aproximar os alunos das culturas quilombolas auxiliando na aprendizagem da história da comunidade e do País.</p> <p><b>Objetivo:</b>          -Proporcionar uma prática de ensino que estimule o estudante na construção do seu conhecimento, despertando no mesmo o interesse pela leitura e escrita de forma espontânea e prazerosa.          - Conhecer os quilombos, valorizando a cultura negra além da escravidão, possibilitando ao aluno descobrir um</p>

	relato plural, feito por outros sujeitos, e descobrir que ainda há lutas que ocorrem no presente, como a dos quilombolas pelo direito a suas terras, cultura e identidade.
<b>Projeto Conviver</b>	<p><b>Finalidade:</b> - Desenvolver atividades com temas que promovam reflexão e construção de ações solidárias, que possibilitem convivências harmoniosas entre os alunos e familiares.</p> <p><b>Objetivo:</b> -Despertar no estudante a formação de hábitos e atitudes condizentes com as normas de boa educação para que ele possa agregar valores como o respeito, interação e amor ao próximo.</p>
<b>Projeto Fábrica dos Sonhos</b>	<p><b>Finalidade:</b> - Desenvolver a escuta ativa, o professor passa a se interessar por cada aluno dentro de seus contextos variados, entendendo as circunstâncias sociais e as mudanças emocionais que podem influenciar o comportamento de cada aluno</p> <p><b>Objetivo:</b> -Proporcionar momentos de alegrias aos alunos da escola em comemoração ao Dia das Crianças.</p>
<b>Projeto Folia Mirim de São Joaquim</b>	<p><b>Finalidade:</b> - Difundir a cultura negra da comunidade quilombola do Curiaú.</p> <p><b>Objetivo:</b> -Ensinar as ladainhas e rezas das festividades religiosas, assim como tradição local passada pelos idosos.</p>
<b>Projeto Educacional Cooperativo (PEC)</b>	<p><b>Finalidade:</b> - Visa à formação continuada para educadores que, por meio de projetos desenvolvidos em sala de aula e na escola, busca transformar realidades locais e disseminar a prática e a cultura da cooperação.</p> <p><b>Objetivo:</b> - Transformar a escola em um espaço de integração estimulando o sentimento de pertencimento por toda comunidade escolar, promovendo o empreendedorismo social e potencializando o valor social.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (PPP, 2022).

Considerando os projetos e ações realizados pela escola, destacamos o projeto principal da escola: - **Projeto Curiaú Mostra a Tua Cara** - Originou-se a partir da observação de alguns professores que perceberam que os alunos da escola tinham dificuldades de aceitar a cor da pele. Diante desta situação, o projeto passou a promover atividades de combate ao racismo e preconceitos.

A finalidade do projeto é o reconhecimento da cultura afro-brasileira bem como a preservação das questões sociais, raciais e culturais que envolvem esse contexto. Anualmente é escolhido de forma coletiva um subtema para ser trabalhado no decorrer do ano, onde atende e responde alguns questionamentos e fragilidades nas diversas áreas de conhecimento e pela situação atual da escola

O projeto acontece de forma interdisciplinar alinhada ao ensino da história dos afrodescendentes, perpassando por todas as áreas de conhecimento, favorecendo assim, uma relação de troca de conhecimento entre aluno e comunidade (PPP, 2022).

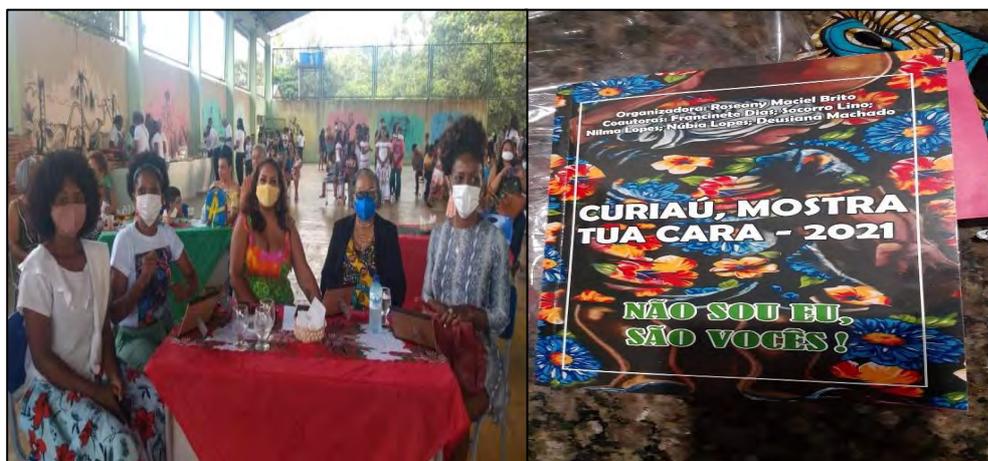
De acordo com a coordenadora do projeto, em 2019 e 2020, o projeto Curiaú Mostra Tua Cara (C.M.T.C), em decorrência da pandemia do Covid-19, a escola viabilizou sua programação de atividades de forma remota.

O projeto oportunizou a comunidade na participação em diversas atividades com a temática “História e memórias de nossos ancestrais quilombolas”, objetivando o resgate aos costumes e tradições usadas por gerações, como por exemplo pedir a bênção aos mais velhos, uma prática que estava se perdendo na comunidade.

Outra temática exposta foi “ Marcas de um passado”, o intuito da atividade foi relembrar as tradições e festividades realizadas na escola, promovendo um sentimento de saudades das festividades.

Com o retorno gradativo das atividades presenciais. O projeto teve sua primeira obra literária intitulado: “ Não sou eu, são vocês”. O livro foi idealizado por seis professoras da escola com o apoio da Diretora. O livro foi um sonho que se tornou realidade. Seu lançamento ocorreu em dezembro de 2021, na quadra da escola, para toda comunidade quilombola do Curiaú. O evento de lançamento (Figura 5) contou ainda com diversas apresentações culturais e dança do Marabaixo (Figura 6) e participação da pesquisadora no referido evento.

O livro explana a história do quilombo do Curiaú, os projetos desenvolvidos pela escola e seus impactos e as ações implementadas pelos alunos e professores em um período de pandemia pela COVID-19.



**Figura 5** - Evento de Lançamento do livro Não Sou Eu, São vocês.  
Fonte: Dados da pesquisa.



**Figura 6-** Lançamento do livro Não Sou Eu, São vocês  
 Fonte: Dados da Pesquisadora

### 3.3.1 Projetos Interdisciplinares

Dando continuidade à pesquisa, perguntamos aos entrevistados se a escola promove projetos interdisciplinares que envolvem a comunidade e como são planejadas essas ações. Todos os participantes responderam que a escola promove projetos interdisciplinares com o envolvimento da comunidade e o planejamento dessas ações aconteceram das seguintes formas: (08) em reuniões pedagógicas; (04) na comunidade quilombola; (02) na semana pedagógica e (02) em reunião com professores e gestores.

Fazenda (2002) conceitua projeto interdisciplinar como uma ação de emancipações de uma nova tendência em nossa civilização, apoiada em visões tecnicamente fundadas, no desejo de decidir a partir de cenários construídos sobre conhecimento preciso.

O principal benefício da interdisciplinaridade é auxiliar os alunos a entenderem que diferentes conhecimentos aparecem nos problemas e desafios do cotidiano de forma interligada.

O diálogo entre as disciplinas ocorre quando existe uma atitude interdisciplinar. O trabalho coletivo e participativo para a prática interdisciplinar estabelece o poder descentralizado e o trabalho autônomo do sujeito que envolve as competências da docência, tais como: contextualização dos conteúdos, valorização do trabalho em grupos, apoios à pesquisa e extensão, valorização da informação, valorização humana e o trabalho com os projetos pedagógicos (FAZENDA, 2008).

O projeto interdisciplinar envolve professores e alunos e pressupõe uma postura metodológica para compreender o ensino, a temática, o problema e a solução. Além disso, favorece o diálogo entre os componentes curriculares na perspectiva de contribuir para uma aprendizagem mais significativa e para a construção da autonomia intelectual dos estudantes através da conjugação do ensino com a pesquisa, assim como da unidade teoria-prática (EVANGELISTA; COLARES; FERREIRA, 2009; PERRENOUD, 2002). A escola E.E José Bonifácio desenvolve seus projetos interdisciplinares integrando toda comunidade escolar no processo de ensino e aprendizagem, justamente como preconiza Perrenoud (2002).

As reflexões desses autores sobre a necessidade de articular os saberes entre alunos e docentes convergem com as reflexões de Freire (1996), que ao trabalhar com projetos interdisciplinares professores e alunos não serão mais os mesmos depois da praticidade interdisciplinar na experiência coletiva como elemento da verdadeira aprendizagem: crítica e

dialética, a socialização do saber, a valorização da cultura popular, bem como o diálogo para um aprofundamento científico e aprimoramento desses saberes em vista da transformação do meio.

Os efeitos implicam na qualidade de vida, formação cidadã mais participativa nas tomadas de decisões no contexto social e reflexão sobre uma nova dialética de vida”. A escola E.E José Bonifácio vêm demonstrando essa autonomia quando enxergar o aluno como um ser que está integrado a espaços formativos dentro e fora da escola, proporcionando autonomia, consciência crítica e capacidade de decisão.

Com base nessa condição autônoma, além de criar e estabelecer representações de si em relação a outros grupos sociais, o aluno assume também a condição de “dono do seu próprio conhecimento”; ele passa a entender como se dá o “conhecimento sobre o seu conhecimento” e assim tem condições de compreender o alcance daquilo que produz como pensamento.

Diante disto, o projeto interdisciplinar amplia o engajamento e a motivação dos alunos, formando cidadãos preparados para enfrentar os desafios da sociedade por meio de alternativas e soluções criativas e inovadoras. Em relação as soluções criativas e inovadoras a E.E José Bonifácio, através por exemplo, do Projeto de Leitura: Contos e Encantos do Quilombo e Debate Afro, consegue proporcionar uma prática de ensino inovadora que venha estimular o aluno na construção do seu conhecimento, despertando no mesmo o interesse pela leitura e escrita de forma espontânea e prazerosa. A sala de leitura é um ambiente diferenciado, onde é valorizada a cultura local e afrodescendente e são contadas histórias africanas e da própria comunidade do Curiaú. Os Projetos proporcionam a leitura de contos africanos e clássicos, bem como textos diversificados.

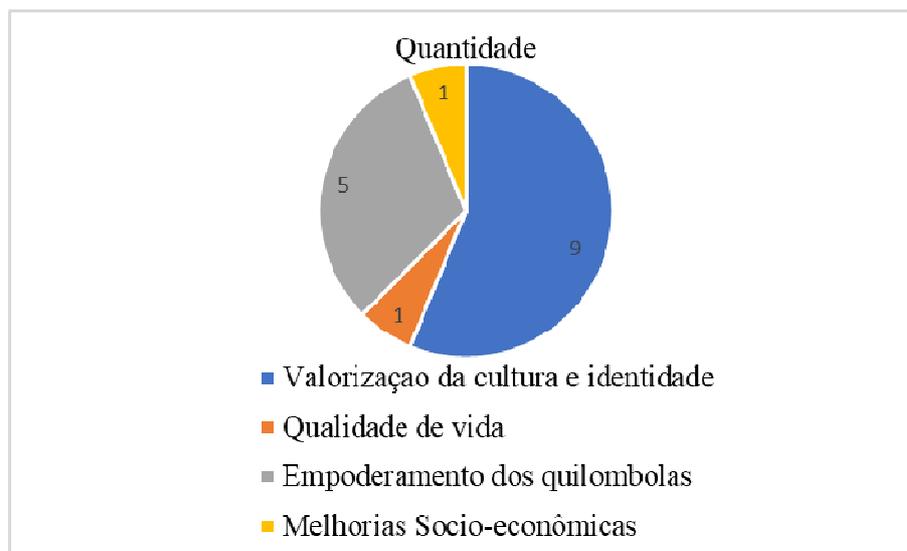
Outro exemplo é o Projeto Conviver que tem :como objetivo a formação de hábitos e atitudes condizentes com as normas da boa educação despertando no aluno a necessidade de uma atitude criativa e transformadora de seu universo que o capacitará ao bom convívio social, agregando valores, experiências e reflexões comuns a todos os participantes, possibilitando um espaço de aceitação, respeito, interação, amor e recriação permanente.

Desta forma, por meio de ações e projetos, a escola busca promover reflexão e construção de ações solidárias que possibilitam convivências harmoniosas entre alunos, comunidade, família e escola, buscando valorizar a cultura local e o reconhecimento da ancestralidade negra e suas lutas e conquistas na comunidade quilombola do Curiaú.

Sendo assim, podemos afirmar que interdisciplinaridade está presente no cotidiano da Escola José Bonifácio, que os objetivos dos projetos interdisciplinares é contribuir para formação de pessoas éticas, autônomas, criativas, capazes de empreender novos desafios, abrindo novas perspectivas, como pessoas críticas, transformadoras e agentes da cidadania crítica.

### **3.3.2 Projetos e seus benefícios para a Comunidade Quilombola do Curiaú**

No questionamento se os projetos promovidos pela escola trazem benefícios para a comunidade e quais são esses benefícios. Como resposta obteve-se (Gráfico 5):



**Gráfico 5** - Benefícios dos projetos para a comunidade

Fonte: Autora a partir dos dados da Pesquisa

O gráfico 5 retrata que os entrevistados acreditam que os projetos desenvolvidos pela escola trazem benefícios para a comunidade quilombola do Curiaú. Os benefícios indicados foram: a valorização da cultura e identidade negra; a qualidade de vida dos moradores; o empoderamento dos quilombolas do Curiaú e as melhorias socioeconômicas. Em relação as melhorias socioeconômicas, destaca-se o Projetos Horta Medicinal, que além disseminar o conhecimento no uso de plantas medicinais, valorizando a diversidade ambiental local, visa fomentar a venda das plantas medicinais e os remédios caseiros produzidos (Tabela 3) utilizadas pelos próprios moradores do quilombo do Curiaú, por hábitos culturais, por crenças de que o medicamento natural é benéfico tanto quanto o tratamento farmacológico e por heranças de sua ancestralidade, além de ser de baixo custo, gerando renda , qualidade de vida e desenvolvimento local

**Tabela 3** - Remédios caseiros produzidos e utilizados pelos moradores do Quilombo do Curiaú

Nome popular da planta	Nome Científico	Modo Preparo	Para que é usado
Quebra pedra + Cana Fischer	<i>Phyllanthus niruri</i> ; <i>Costus spicatus</i>	Arranca um pé da quebra pedra com a raiz, lavar bem e utilizar somente o caule e raiz, pegar uma folha da cana Fischer, colocar para ferver um litro de água quando estiver borbulhando a água desligar o foco e adicionar as plantas e tampar a panela. Após este procedimento é coado esse chá	-Infecção Urinária -Pedra nos Rins (cálculo renal).

		colocado na geladeira e consumido como água.	
Alecrim de angola	<i>Agnocasto</i>	Pegar 4 folhas da planta machucar elas e colocar pra ferver em um litro de água até elas diminuírem de tamanho, coar, serve tanto como chá como também para banho.	-Derrame -Para prevenir doenças
Folha da laranjeira	<i>Citrus sinensis (L)</i>	Pegar as folhas e colocar pra ferver e tomar como Chá.	- Insônia
Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i>	Pegar várias folhas esfregar em dois litros de água deixar de molho de um dia para o outro, pela manhã banhar a cabeça do adulto e se for criança banhar o corpo todo.	- Gripe
Barbatimão + Verônica	<i>Ouratea hexasperma</i> <i>Dalbergia subcymosa</i>	Descasca um pedaço do caule dos dois e coloca de molho em um litro de água e colocar na geladeira e tomar como água. Pode ser usado como banho também tira um pedaço da casca do caule dos dois, ferver em um litro de água, e fazer o asseio íntimo.	-Hemorragias; - Pós-parto para desinflamar a mulher, limpar a mãe do corpo; asseio íntimo - Dores de garganta - E como prevenção de doenças.
Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Cortar quatro folhas em pequenos pedaços e colocar a folha em uma xícara adicionar água fervente e tampar por 15 segundos e depois tomar o chá	Dor no estômago
Sara tudo	<i>Bysonima intermédia</i>	Cortar quatro folhas em pequenos pedaços e colocar as	- Infecção urinária e outros tipos de

		folhas em uma xícara adicionar água fervente cobrir por 15 segundos e tomar o chá duas vezes ao dia	infecção e inflamação.
--	--	--	---------------------------

Fonte: Adaptado de Vieitas (2017).

A maioria dos projetos promovidos pela E.E José Bonifácio tem foco no fortalecimento da identidade negra, combate ao racismo, valorização da cultura e saberes locais, empoderamento dos alunos, e da comunidade que tem participação ativa nos projetos desenvolvidos pela escola, visam a integração e o fortalecimento da comunidade quilombola do Curiaú.

#### Quadro 5 - Projetos de Integração Escola e Comunidade

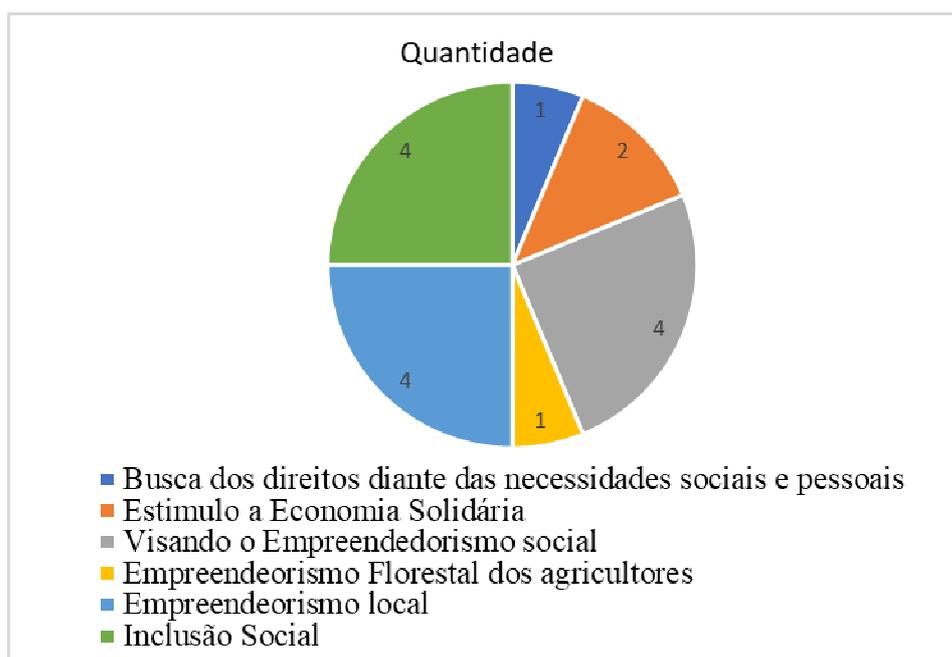
Título do projeto	Objetivo	Benefícios
Projeto Curiaú Mostra a Tua Cara	Reconhecimento da cultura afro-brasileira bem como a preservação das questões sociais, raciais e culturais que envolvem esse contexto	- Compreensão o quanto as diferenças podem enriquecer as relações humanas e como a cor da pele não influencia no caráter ou na capacidade de cada um de nós.
Projeto Minha Biblioteca Lê	Conhecer os quilombos, valorizando a cultura negra além da escravidão, possibilitando ao aluno descobrir um relato plural, feito por outros sujeitos, e descobrir que ainda há lutas que ocorrem no presente, como a dos quilombolas pelo direito a suas terras, cultura e identidade.	-Despertamento no interesse pela leitura e escrita de forma espontânea e prazerosa.  -Compreensão e valorização da sua cultura e identidade. quilombola
Projeto Horta Medicinal plantando saúde e saberes	Disseminar a sabedoria popular dos descendentes quilombolas.	Conhecimento e pertencimento cultural dos saberes descendentes quilombolas.
Projeto Folia Mirim de São Joaquim	Difundir a cultura negra amapaense	Aprendem as ladainhas e rezas das festividades religiosas, assim como tradição local passada pelos idosos, preservando as tradições.
Projeto Conviver	Despertar no aluno a formação de hábitos e atitudes condizentes com as normas de boa educação para que ele possa agregar valores como o respeito, interação e amor ao próximo.	Bom convívio social e a prática da empatia para se viver harmonicamente em meios aos desafios da vida.
Projeto Fábrica dos Sonhos	Proporcionar momentos de alegrias aos alunos da escola em comemoração ao Dia das Crianças	Promove a autoestima, qualidade vida e bem-estar

Fonte: Dados da pesquisa

Diante do exposto, podemos afirmar que a interação escola- aluno e comunidade como projetos e ações geram bem-estar, qualidade de vida, despertar, conhecimento, reconhecimento, valorização e inclusão social ( Quadro 5).

### 3.3.3 Projetos e o Desenvolvimento Local

Ao analisarmos se os projetos implementados pela escola contribuem com o desenvolvimento local da comunidade e quais foram essas contribuições. Como resposta apresentamos (Gráfico 6):



**Gráfico 6-** Contribuições dos projetos para o Desenvolvimento Local

Fonte: Autora a partir dos dados da Pesquisa.

Como já apresentado, o desenvolvimento local é visto como algo que vai além das questões econômicas, podendo ser percebido por meio da melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem em um determinado local (PAULA, 2008).

Sabemos também que para iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscando identificar as potencialidades existentes, conservando os recursos naturais, culturais e históricos.

Desta forma, o desenvolvimento é um fenômeno que ultrapassa o econômico. O sentido do desenvolvimento deve ser o de melhorar a qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), todas as pessoas (desenvolvimento social), as pessoas que estão vivas hoje e as que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

Sachs (1993) propõe que o desenvolvimento sustentável cultural se relaciona a garantia de continuidade das tradições e pluralidade cultural dos povos, incluindo-se a criação e manutenção do capital social. Nesta perspectiva, o reconhecimento como comunidade quilombola do Curiaú que se deu pela legalização da posse da terra (Fundação Cultural Palmares) é um fator primordial para a realização de iniciativas visando o desenvolvimento local de comunidades quilombolas. Entretanto, apenas a posse da terra não resolverá os problemas da falta de recursos sociais e econômicos da comunidade quilombola do Curiaú

que tem uma economia básica para o próprio consumo e/ou para pequenas atividades comerciais locais, com o uso de recursos técnicos pouco desenvolvidos.

A manutenção e a preservação dos saberes tradicionais e, portanto, a identidade quilombola, são, assim, um dos principais fatores para o reconhecimento do direito à legalização da terra, pois a identidade cultural torna-se elemento de comprovação dessa legitimidade. Nesse sentido, a implementação de projetos que incentivem comportamentos e saberes originários dos antigos quilombos e constituem-se elementos de construção da identidade quilombola.

A manutenção dessas culturas e raízes tradições são muito importantes para o desenvolvimento local. Diante disso, as principais contribuições apresentadas pela pesquisa foram o conhecimento dos direitos diante das necessidades sociais e pessoais; estímulo à economia solidária; estímulo ao empreendedorismo local; empreendedorismo florestal dos agricultores e a inclusão social.

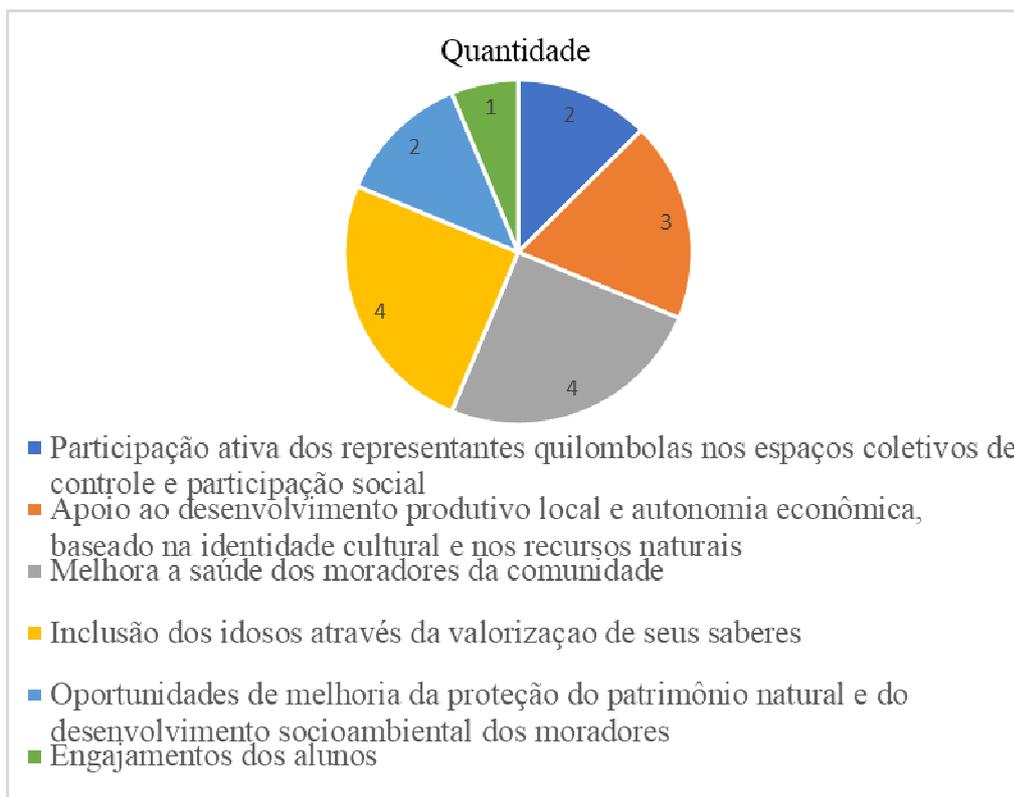
Considerando ainda que os projetos envolvem o comprometimento da escola com a comunidade, assumindo seu papel de atores principais, ou seja, de sujeitos da sua própria história, tornando-os protagonistas locais. Isto demonstra que não existe desenvolvimento local sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local. O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Esse esforço coletivo em proporcionar inclusão social também é um fator que diz muito sobre a possibilidade de atingir o desenvolvimento local.

Considerando que a educação aliada aos projetos interdisciplinares constrói conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente, valorização de saberes históricos e culturais, isso demonstra que esses projetos promovem o desenvolvimento local, através do desenvolvimento do capital humano e social, consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos envolvidos.

Em suma, os projetos estimulam o aprendizado, melhoram a qualidade de vida, fortalecem a cultura, potencializam renda através da comercialização das plantas medicinais locais e do artesanato, oportunizam a inclusão social por meio de atividades educativas que levam ao desenvolvimento local

### **3.3.3.1 Projetos e Qualidade de Vida**

Importava saber também se os projetos implementados pela escola contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade e quais foram esses resultados. Todos os participantes responderam que sim, que os projetos contribuem para a qualidade de vida dos alunos e dos moradores da comunidade e que os resultados são diversos, conforme o (Gráfico 7), a seguir.



**Gráfico 7 - Melhorias da qualidade de vida dos moradores da comunidade**

Fonte: Autora a partir dos dados da Pesquisa.

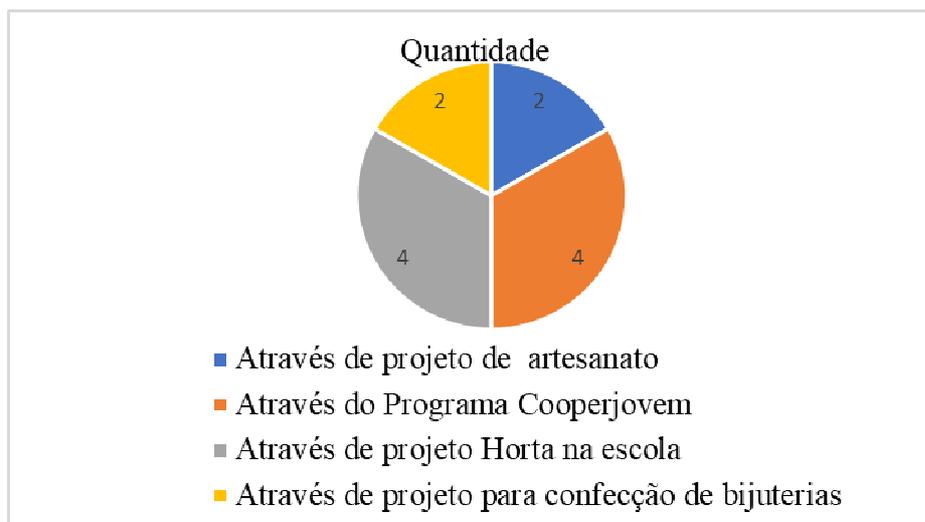
De acordo com Sobrinho (2005), o sentido essencial da responsabilidade social da educação consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Nesse sentido, pode se dizer que a escola José Bonifácio do Curiaú é vista com uma instituição social compromissada. O lema que rege a escola é por uma política de Ação afirmativa na Educação Básica que combata a discriminação e o racismo ( PPP, 2022).

Os alunos que apresentam dificuldades sociais e educacionais, ou seja, nas relações com outros indivíduos e no processo ensino aprendizagem em sala de aula, tais como: violência, ausência da família, drogas lícitas e ilícitas, dificuldades de aprendizagem, acessibilidade limitada (somente transporte escolar){PPP, 2022} tem nas iniciativas dos projetos a oportunidade de atenuar ou solucionar tais problemas.

De acordo com os dados da pesquisa, a participação ativa da comunidade quilombola nos espaços coletivos, a inclusão dos idosos, o engajamento dos alunos, autonomia produtiva e econômica, contribuem para a qualidade de vida dos alunos e dos moradores da comunidade.

### 3.3.3.2 Empreendedorismo Social

Com o propósito de compreender se os participantes da pesquisa conhecem ou já participaram de ações que envolvessem ou dialogassem com o empreendedorismo social, a maioria conhece e já participou de ações que envolvessem o empreendedorismo social. Os dados confirmam que o empreendedorismo social, de certa forma, está presente no ambiente escolar, reforçando o papel da educação de promover projetos e práticas que proporcione aos alunos o reconhecimento de seu potencial de transformação e geração de impactos positivos.



**Gráfico 8** - Ações que envolvem ou dialogam com o empreendedorismo social  
 Fonte: Autora a partir dos dados da Pesquisa.

De acordo com o gráfico 8, os participantes conseguem identificar que as ações da escola por meio dos projetos dialogam com o empreendedorismo social, promovendo a qualidade de vida desses alunos e da comunidade local, através da resolução de problemas sociais.

Destarte informar que a escola não possui no seu currículo a disciplina de empreendedorismo, mesmo assim, podemos considerar que a escola promove o empreendedorismo social por meio dos seus projetos implementados, e com isso é possível trabalhar o espírito de grupo, a sensibilização com realidades diversas e o desafio da resolução de conflito, oportunizando aos alunos e a comunidade a vivenciarem de certa forma práticas de empoderamento.

O empreendedor social busca utilizar suas habilidades em benefício da sociedade, criando um ambiente de oportunidades e transformações. Melo Neto e Froes (2002) consideram que as transformações têm como base as práticas de empoderamento.

Desse modo, o empreendedorismo social trabalha com valores como proatividade, espírito de liderança, espírito de equipe, capacidade de planejamento, além de sensibilidade e empatia para compreender o contexto em que o aluno está inserido e identificar necessidades a serem sanadas. Portanto, fica muito claro que esses valores estão presentes nas ações da escola.

Dentro da comunidade Quilombola do Curiaú, podemos observar que o empreendedorismo social é importante para desenvolvimento local. Corroborando com essa afirmativa, os projetos implementados pela escola, como a comercialização de obras literárias contadas de forma lúdica a história e a cultura do quilombo do Curiaú transmitindo aos mais novos as memórias e ensinamentos dos quilombolas amapaenses. Esse projeto foi idealizado pela dona Esmeraldina dos Santos, escritora, compositora, artesã e marabaixeira, de 65 anos, considerada uma das grandes personagens amapaenses.

A venda desses produtos melhora a renda dos moradores, gerando inclusão e proporcionando melhoria na qualidade de vida para comunidade quilombola do Curiaú. Os livros da dona Esmeraldina compõem a biblioteca da escola e fazem parte do projeto “Contos e Encantos do Quilombo” que tem como público-alvo às crianças. A E.E José Bonifácio constitui-se em um espaço de afirmação e valorização da cultura afrobrasileira e seu papel é benéfico por auxiliar na manutenção das tradições culturais, promovendo sempre esse elo entre escola e comunidade. A escola conta com a parceria da dona Esmeraldina na realização do projeto junto as crianças e comunidade.



**Figura 7-** O livro infantil da Esmeraldina dos Santos  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).



**Figura 8 -** Alguns livros da biblioteca da Escola José Bonifácio  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Trazendo o pensamento de Schelinil (2017), O empreendedorismo social trabalha com duas vertentes: 1) a de instituições que empreendem por meio de projetos e programas, e os utilizam como ativos econômicos para dar sustentabilidade às suas ações; e 2) aquela que considera os negócios lucrativos que impactam positivamente em determinados locais e gera prosperidade.

A escola empreende por meio dos seus projetos e estimula a atividade econômica. Visto como exemplo, temos os Projeto “Horta Medicinal plantando saúde e saberes” e “Horta na Escola”. Os produtos são comercializados dentro da comunidade e nas feiras de Macapá.



**Figura 9** - Horta da escola José Bonifácio do Curiaú  
Fonte: Roseany M.Brito (2019).

A escola busca sempre parcerias com órgãos estaduais e conta com o apoio da Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú e cooperativas para realização de suas ações e projetos. Visando à formação continuada para os professores que atuam nos projetos e promover a reflexão e a conscientização de todos os envolvidos, escola, pais, alunos, professores, comunidade e parceiros em busca das potencialidades da comunidade e da importância do Patrimônio Escolar e seu entorno. O Projeto Educacional Cooperativo – PEC é fruto da capacitação por meio do Programa Cooperjovem (Organização das Cooperativas Brasileira), com objetivo de despertar a consciência da comunidade local sobre o importante papel que ela desempenha na valorização e na preservação dos bens públicos, com o objetivo de transformar a escola em um espaço de integração e sentimento de pertencimento em toda comunidade escolar. Sendo assim, a E.E José Bonifácio por meio de suas ações, vem estimulando o empreendedorismo social, potencializando o valor social e promovendo o desenvolvimento local.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido na escola apresenta-se de forma a auxiliar a comunidade quilombola a manter suas tradições culturais de origem africana, isso mostra como a escola está preparada para desempenhar suas atividades de ensino e extensão com a comunidade do curiaú. E o processo de construção do trabalho realizado pelos funcionários, professores e gestores é considerado de excelência, justamente por promover a continuidade dos costumes e conhecimentos quilombolas.

Tendo em vista que o empreendedorismo social é motivado por ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante dos problemas sociais existentes no mundo, buscando soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais esta pesquisa buscou identificar entre as ações da escola aquelas que dialoguem com o empreendedorismo social analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local. A partir dos dados apontados pelos participantes da pesquisa ficou evidente que os projetos dialogam com o empreendedorismo social e contribuem para o desenvolvimento local, promovendo mudanças de forma significativa para os sujeitos envolvidos nesse processo.

Apesar do projeto pedagógico considerar que por meio dos projetos com estratégias inclusivas podem amenizar os problemas existentes na escola e comunidade, contribuindo assim, para a formação humana integral que considere o desenvolvimento de aprendizagens formais com base na valorização da pluralidade cultural e respeito às diferenças locais, entendemos ser de extrema importância que a escola proporcione momentos de debates e reflexão sobre a temática do empreendedorismo social em busca de soluções que contribuam para a promoção do desenvolvimento local, buscando ampliar as oportunidades para sua realização e garantindo sua continuidade, realizando o exercício da troca de ideias, posturas e saberes entre seus pares para que ao planejar e colocar em prática as referidas atividades possa interagir ativamente com os demais sujeitos envolvidos de forma que todos se beneficiem de sua real finalidade que é o desenvolvimento e aprimoramento integral do conhecimento.

Por fim, concluímos que os projetos trazem benefícios para os alunos e para a comunidade do Curiaú. Em vista disso, as ações e projetos, estimulam a mudança de mentalidade e comportamento; oportunizam aquisição de novas competências e habilidades; melhoram a autoestima; melhoram a qualidade de vida; estimulam atitudes mais inclusivas e o respeito as diferenças.

## 5 REFERÊNCIAS

AMAPÁ, Constituição do Estado do Amapá. Brasília; Senado Federal 1991. \_\_\_\_\_. Estado do. LEI Nº0431/1998. Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú. Diário Oficial do Estado. Amapá, 15 de setembro de 1998.

\_\_\_\_\_. Estado do. Decreto 1417. Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental APA do rio Curiaú. Diário Oficial do Estado. Amapá, 28 de setembro de 1992.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Planejamento e zoneamento da APA do Curiaú. Macapá: SEMA, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado e Planejamento. Anuário estatístico. Macapá, 1998.

ARNS,P.C;ZAPATA,T;PARENTE,S;OSORIO,C;BRITO,M.S.**Desenvolvimento institucional e articulações de parcerias para o desenvolvimento local**. Recife: BNDES, 2000.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship theory and practice**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639, de 9/01/2003. **Estabelece a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil**. Brasília: Gráfica do senado, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. nº 9.394 de 1996. Disposições Constitucionais, Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, Brasília, DF. 1998.

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União, Brasília*, 23 de dez. 1996.

BRASIL. **Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras**. Diversidade e equidade: pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Unicef, Brasília, DF, [2003]. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03\\_1.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf)>. Acesso em: 10.11.21.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2.003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais

para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: CNE, 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa INCRA nº57 de 20 de outubro de 2009.** Regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1.988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.** Consulta ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em < > , acesso em 04 de julho de 2019.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. 2.ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** 2001.

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local.** 103 experiências no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNC, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. Editora Cortez, 8ª ed. 164p. 71 São Paulo, 1991.

CUNHA JR., Henrique. **Africanidade, Afrodescendência e Educação. Educação em Debate,** Fortaleza, Ano23,v.2,nº42,2001.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares.** 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CALDART, Roseli Salette. **Sobre Educação do Campo.** In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Campo. Políticas públicas: educação. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

DOLABELA, F. *Teoria Empreendedora de Sonhos.* São Paulo: cultura, 1999.

Dias Sobrinho, J. (2005). *Educação Superior, globalização e democratização.* Qual universidade? Revista Brasileira de Educação, 28, 164-173.

DEES, Gregory J. *O Significado de Empreendedorismo Social.* Universidade de Stanford,1998. Disponível em: < <http://www.gsb.stanford.edu/services/news/DeeSocentrepPaper.html>>. Acesso em 14 jan.2021.

DAMASCENO, Allan Rocha. Educação inclusiva e organização da Escola: Projeto pedagógico na perspectiva da teoria crítica. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói - Rio de Janeiro, 2010.

EVANGELISTA, I.A.S.; COLARES, M.L.I.; FERREIRA, M.A.V. Projetos educativos interdisciplinares na prática docente. Piauí: UFPI, 2009.

FACUNDES, F. da S.& GIBSON,V.M. **Recursos naturais e diagnóstico ambiental da APA do Rio Curiaú-Macapá:UNIFAP,2000-(Trabalho de Conclusão de Curso).58p.,2000.**

FAZENDA, Ivani C.A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 10 ed. Campinas:

Papirus, 2002.

\_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 11. ed. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. O que é interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Práticas Interdisciplinares na Escola. São Paulo: Cortez, 2001

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FRANCO, A. de. **Capital social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política, 2001.

\_\_\_\_\_. Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. **Revista Século XXI**, número 3. Brasília: Instituto de Política, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUIMARÃES, C. M. A **Negação da ordem escravista**: quilombos em Minas Gerais no século XVII. São Paulo: Ícone, 1988.

GOMES, F. S. (org.). **Nas terras do Cabo Norte**: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Amazônia Brasileira (séculos XVII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999

GASPAR, F. **O Processo Empreendedor e a Criação de Empresas de Sucesso**. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. 2009.

GADOTTI, Moacir. Interdisciplinaridade – atitude e método. 1999. Disponível em: [http://www.paulofreire.org/moacir\\_gadotti/artigos/portugues/filosofia\\_da\\_educacao](http://www.paulofreire.org/moacir_gadotti/artigos/portugues/filosofia_da_educacao). Acesso em: 27/06/2022.

GRISI, Fernando Correa. *Empreendedorismo Social: Uma pesquisa exploratória de ações de disseminação no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2008.

JARA C.J. **Repensando o desenvolvimento comunitário**: o essencial nem sempre é visível. Prorural: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

Kauark, Fabiana. **Metodologia da pesquisa** : guia prático / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Ita- buna : Via Litterarum, 2010

LACERDA, A. C. [ET al.]. **Economia Brasileira**. Organizadores: José Marcio Rego, Rosa Maria Marques; Colaboração: Rodrigo Antônio M. Serra. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOURA, S. A Gestão do Desenvolvimento Local: Estratégias e Possibilidades de Financiamento. **Organizações & Sociedade**, v. 5, n. 12, p.37-57, maio 1998.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Vozes.

Petrópolis, 2001.

MICHEL, M.H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. Atlas, 304 p. São Paulo, 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Nascidos no Curiaú**. Belém: NAEA/UFPA,1997.

MIRANDA, S. A. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências**. Revista Brasileira de Educação, 2012.

MENDES, A. R., et al. Portugal Primeiro - **Empreendedores Precisam-se**. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. 2011.

MELO NETO, Francisco P; FROES, César. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MELO, Alberto. **DITOS E REDITOS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**. 1998 - A REDE. Novembro, pp. 5-8.

McCLELLAND, David C. *Entrepreneurship and achievement motivation: approaches to the Science of socio- economic development*. Paris: UNESCO, 1971.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola n 2 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

OLIVEIRA, Edson Marques. *Empreendedorismo Social no Brasil: fundamentos e estratégias*. 2004. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Unesp, Franca, 2004.

POSEY, D. A. Etnobiologia e etnodesenvolvimento: importância da experiência dos povos tradicionais. In: Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, pobreza e desenvolvimento da Amazônia. Belém, 1992.

PRODANOV, CLEBER CRISTIANO. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico] : Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Projeto Político Pedagógico. Escola Quilombola Estadual José Bonifácio, 2019.

Portela, J. (2008). **Microempreendedorismo em Portugal Experiências e Perspectivas**. Lisboa: INSCOOP- Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

PAULA, J. de. **Desenvolvimento Local: Como Fazer?** Brasília: Sebrae, 2008.

POUSADA, Carmen. O Brasil dos artesãos. In: LEAL, Joice J. *Um olhar sobre o design brasileiro*. São Paulo: Objeto Brasil e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008

SILVA, Sebastião, M. **Curiaú: sua vida, sua história**. Macapá: FUNDECAP, 2000. 34p.

SILVA, Sebastião, M. **Curiaú: a resistência de um povo**. Macapá: Secretária do Estado de

Meio Ambiente, 2004.

SILVA, M. G da. **Territórios Quilombolas no Estado do Amapá: Um Diagnóstico.** In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFB, 2012. p. 3-4. Disponível em < acesso em 05 de fevereiro de 2021>.

SILVA, M. G da. **Territórios Quilombolas no Estado do Amapá: Um Diagnóstico.** In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFB, 2012. p. 3-4. Disponível em < acesso em 05 de fevereiro de 2021>.

Saraiva, P. M. (2011). **Empreendedorismo.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.* Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHELINI, André Luiz Spinelli. A gestão de projetos como vantagem competitiva para internacionalização de empresas brasileiras. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais.** São Paulo, v.12, n. 3, p. 01-15, set./dez. 2017. Acessado em 12/06/2022.

TRECCANI, G. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação.** Belém: SEJU/Programa Raízes. 2006.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação.** Fortaleza, Edições UFC. 2013.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva.** 2ª edição Papirus, 1996.

VEIGA, Z.P.A. As instâncias colegiadas da escola. In: \_\_\_\_\_; RESENDE, L.M.G. Escola: espaço do projeto político pedagógico. 8. ed. Campinas: Papirus,

2005. TRINDADE, J. **No tempo das águas cheias: História e Memória dos Negros do Curiaú.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFSC. 1999.

TRINDADE, J. MORAES I. P. **Quilombolas, territórios tradicionais e regularização fundiária: os impasses e desafios vivenciados no Estado do Amapá.** In **Anais 29RBA - Reunião Brasileira de Antropologia.** 2014. Natal /RN.

## **6 APÊNDICES**

Apêndice A – Questionário Gestores Escolares e Professores

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Caro(a) entrevistado(a) este questionário faz parte de uma investigação desenvolvida por Adrielma Nunes Ferreira Bronze estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o tema de estudo “**Educação do Campo, Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Local: O Caso da Escola José Bonifácio do Quilombo do Curiaú/Amapá**”. Sua participação voluntária é fundamental para o sucesso da pesquisa. É importante que você saiba que pode recusar-se a participar ou interrompê-la a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos. Além disso, os dados e as informações fornecidas são confidenciais e servirão exclusivamente para compor a pesquisa. **Obrigada!**

- 1- Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro ( ) Prefiro não dizer
- 2- Função que exerce na escola. \_\_\_\_\_
- 3- Tempo de atuação na escola: \_\_\_\_\_ anos
- 4- Cor ou raça: ( ) branco ( ) pardo ( ) preto ( ) amarelo ( ) indígena
- 5- Qual sua Idade? \_\_\_\_\_
- 6- Qual sua formação acadêmica? \_\_\_\_\_
- 7- Você é moradora (o) da Comunidade Quilombo do Curiaú?  
( ) Sim ( ) Não  
Em caso negativo, onde você reside?
- 8- A escola promove ações ou projetos interdisciplinares que envolvem a comunidade?  
( ) Sim ( ) Não  
Em caso afirmativo, como são planejadas essas ações?

- .....
- .....
- 9- As ações e projetos promovidos pela escola trazem benefícios para a Comunidade Quilombola?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei responder  
Em caso afirmativo, quais foram esses benefícios?

- .....
- 10- As ações e projetos implementados pela escola contribuem com o desenvolvimento local da comunidade?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei responder  
Em caso afirmativo, quais foram essas contribuições?

- .....
- 11- As ações e projetos implementados pela escola contribuem para melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei responder  
Em caso afirmativo, quais foram esses resultados?.....

- .....
- 12- Conhece ou já participou de ações que envolvessem ou dialogassem com o empreendedorismo social?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei responder  
Em caso afirmativo, qual  
(is)? .....

.....

## Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de campo intitulada “**Contribuição da Educação do Campo para o Fortalecimento do Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Local: O Caso da Escola José Bonifácio do Quilombo do Curiaú/AP**”. Seu propósito é identificar entre as ações da Escola José Bonifácio do Quilombo do Curiaú aquelas que dialoguem com o Empreendedorismo Social analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela professora Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (21) 99339-3775 ou e-mail [monicadelrio@uol.com.br](mailto:monicadelrio@uol.com.br). E Mestranda Adrielma Nunes Ferreira Bronze, telefone (96) 98116-0171, e-mail: [adrielmabronze@ifap.edu.br](mailto:adrielmabronze@ifap.edu.br). Endereço: Residencial Platon. Rua dos Coqueiros. Nº 100. Bairro Cabralzinho.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) sobre os objetivos e uso de imagens estritamente acadêmicos do estudo.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário semiestruturado, observação não participante e entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e/ou seus orientados.

Em relação aos **riscos** existentes, são a exposição dos dados dos participantes, no entanto tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas. Os questionários podem vir, por si próprios, produzir algum desconforto (angústias, ansiedades etc.) sendo os procedimentos adotados para dissipá-las ou minimizá-las, como o esclarecimento que o participante pode desistir a qualquer momento da pesquisa, e que ele tem a liberdade de não responder à pergunta que se sentir desconfortável. E os **benefícios** são a sistematização das informações para produção de conhecimento científico que pode auxiliar na formulação de políticas públicas, contribuição para realização de pesquisas científicas, para construção de novos conhecimentos e para identificação de novas alternativas e possibilidades para projetos e ações desenvolvidos pela escola do Quilombo do Curiaú José Bonifácio. Mas caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar a pesquisadora responsável, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Campus Macaé) situado na Av. Aluizio da Silva Gomes, nº 50, Prédio da UFRJ, Sala nº 205, 2º andar. Bloco B. Telefone (22)2141-4033. E-mail: [cepufrrjmacae@macae.ufrrj.br](mailto:cepufrrjmacae@macae.ufrrj.br). O pesquisador principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e informou sobre as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) participante:

Assinatura do Pesquisador:

## **7 ANEXOS**

APÊNDICE 04 – TERMO DE ANUÊNCIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

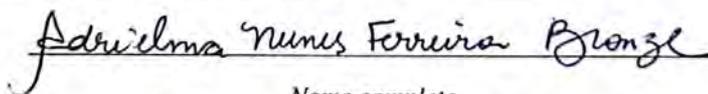
Ao Sr. Nome completo do Diretor Geral da Instituição ou seu substituto

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “Contribuição da Educação do Campo para o Fortalecimento do Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Local: O Caso da Escola José Bonifácio do Quilombo do Curiaú/AP”, desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, pela aluna Adrielma Nunes Ferreira Bronze, sob a orientação da professora Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.

Desta forma, pedimos autorização para que o nome da escola conste no projeto final, bem como futuras publicações em eventos e periódicos científicos. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas futuras.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria/Coordenação/Chefia, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2021



Nome completo  
Pesquisador(a) Responsável pelo Projeto

Concordamos com a solicitação  Não concordamos com a solicitação

  
Claudete Ramos da Costa  
Diretora

E. Q. E. José Bonifácio

Nome completo do Diretor/Coordenador/ Chefe  
Diretoria da Instituição onde será realizada a pesquisa (CARIMBO)

## Anexo B – Parecer favorável do Comitê de Ética

	<b>UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - CAMPUS MACAÉ</b>	
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>		
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>		
<b>Título da Pesquisa:</b> EDUCAÇÃO DO CAMPO, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ESCOLA JOSÉ BONIFÁCIO DO QUILOMBO DO CURIAÚ/AP		
<b>Pesquisador:</b> ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE		
<b>Área Temática:</b>		
<b>Versão:</b> 3.		
<b>CAAE:</b> 54170321.0.0000.5699		
<b>Instituição Proponente:</b> UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO		
<b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio Financiamento Próprio		
<b>DADOS DO PARECER</b>		
<b>Número do Parecer:</b> 5.527.585		
<b>Apresentação do Projeto:</b>		
A presente pesquisa tem como objetivo identificar entre as ações da Escola José Bonifácio do Quilombo do Curiaú (AP) aquelas que dialoguem com o Empreendedorismo Social analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local. A pesquisa irá ser realizada por meio de questionário semiestruturado aos profissionais da escola que tiveram experiências práticas com projetos ou ações correlacionadas com o empreendedorismo social.		
<b>Objetivo da Pesquisa:</b>		
A presente pesquisa tem como objetivo primário identificar entre as ações da Escola José Bonifácio do Quilombo do Curiaú aquelas que dialoguem com o Empreendedorismo Social analisando sua contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento local. E como objetivo secundário traçar o perfil sociodemográfico e profissional dos gestores da escola e conhecer os projetos desenvolvidos pela escola, verificando como se organiza e implementa ações e os sentidos dados acerca das práticas de Empreendedorismo social e desenvolvimento local. E ainda avaliar os impactos das ações implementadas pela escola sobre o empreendedorismo social e desenvolvimento local.		
<b>Avaliação dos Riscos e Benefícios:</b>		
<b>Riscos:</b>		
Exposição dos dados dos participantes, no entanto tais dados serão utilizados somente para a		
<b>Endereço:</b> Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 - Prédio da UFRJ - Campus Macaé, sala 205, 2º andar do bloco B. <b>Bairro:</b> Novo Cavaleiros <b>CEP:</b> 27.930-560 <b>UF:</b> RJ <b>Município:</b> MACAÉ <b>Telefone:</b> (22)2141-4033 <b>E-mail:</b> cepufrjmacae@macae.ufrj.br		
Página 01 de 04		



UFRJ - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
- CAMPUS MACAÉ



Continuação do Parecer: 5.527.585

realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas futuras. Os questionários podem vir, por si próprios, produzir algum desconforto (angústias, ansiedades, etc.) sendo os procedimentos adotados para dissipá-las ou minimizá-las, como o esclarecimento que o participante pode desistir a qualquer momento da pesquisa, e que ele tem a liberdade de não responder a pergunta que se sentir desconfortável.

**Benefícios:**

São a sistematização das informações para produção de conhecimento científico que pode auxiliar na formulação de políticas públicas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Recomendações:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O cronograma foi adequado conforme solicitado no último parecer. Entretanto, a data de início de coleta dos dados está bem próximo, para início da coleta de dados em 15/07/2022. Orientamos que para as próximas submissões de projetos coloquem a data de início da coleta de dados após 30 dias da data de apreciação do CEP, para que não gere pendência.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Prezado(a) pesquisador(a), ao término da pesquisa é necessário apresentar o Relatório Final (modelo disponível no site <http://www.macaee.ufrj.br> > comissões permanentes > CEP – Ética em Pesquisa). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para o encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**Endereço:** Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 - Prédio da UFRJ - Campus Macaé, sala 205, 2º andar do bloco B.  
**Bairro:** Novo Cavaleiros **CEP:** 27.930-560  
**UF:** RJ **Município:** MACAÉ  
**Telefone:** (22)2141-4033 **E-mail:** cepufj@macae.ufrj.br

Página 02 de 04



UFRJ - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
- CAMPUS MACAÉ



Continuação do Parecer: 5.527.585

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1753500.pdf	15/06/2022 17:32:08		Aceito
Outros	FormularioRESPOSTA_REVISADO.pdf	15/06/2022 17:30:28	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_REVISADO_REVISADO.pdf	15/06/2022 17:26:48	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA_REVISADO_REVISADO.pdf	15/06/2022 17:26:33	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPESQUISA_REVISADO.pdf	18/02/2022 09:50:40	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Cronograma	cronograma_REVISADO.pdf	18/02/2022 09:49:29	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	FormularioPENDENCIAS_CEP_REVISADO.pdf	24/01/2022 15:42:32	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	DeclaracaoMatricula_UFRJ_REVISADO.pdf	24/01/2022 15:34:59	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	Cartaconvite_REVISADO.pdf	24/01/2022 15:31:45	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	Questionario_gestores_escolares_REVISADO.pdf	24/01/2022 15:30:53	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_REVISADO.pdf	24/01/2022 15:29:39	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	DeclaracaoRes466_REVISADO.pdf	24/01/2022 15:24:56	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	Declaracao_equipe_REVISADO.pdf	24/01/2022 15:14:02	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	TCLENOVO.pdf	30/11/2021 13:40:37	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	declaracaonovo.pdf	30/11/2021 13:38:27	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	orientadoracurriculum.pdf	30/11/2021 13:28:45	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	declaracao.pdf	26/11/2021 12:04:04	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	declaracaorelatoriofinal.pdf	25/11/2021 09:21:40	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	declaracaoequipe.pdf	25/11/2021 09:17:43	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	25/11/2021 09:15:14	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	25/11/2021 09:14:25	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito

Endereço: Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 - Prédio da UFRJ - Campus Macaé, sala 205, 2º andar do bloco B  
Bairro: Novo Cavaleiros CEP: 27.930-560  
UF: RJ Município: MACAÉ E-mail: cepufjmacae@macae.ufjf.br  
Telefone: (22)2141-4033

Página 03 de 04



UFRJ - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
- CAMPUS MACAÉ



Continuação do Parecer: 5.527.585

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/11/2021 09:12:21	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisa.pdf	25/11/2021 09:12:02	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	curriculum.pdf	11/11/2021 11:03:20	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Outros	cartadeanuencia.pdf	11/11/2021 11:02:38	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito
Folha de Rosto	Adrielmafolhaderosto.pdf	12/07/2021 13:49:03	ADRIELMA NUNES FERREIRA BRONZE	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MACAE, 14 de Julho de 2022

Assinado por:

Sabrina Ayd Pereira Jose  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 - Prédio da UFRJ - Campus Macaé, sala 205, 2º andar do bloco B.  
Bairro: Novo Cavaleiros CEP: 27.930-560  
UF: RJ Município: MACAÉ  
Telefone: (22)2141-4033 E-mail: cepufrjmacae@macae.ufrj.br

Página 04 de 04